



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**MESTRADO EM GESTÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL**

**A Eliminação dos Muxarabis, Rótulas e Gelasias do Brasil – Um Caso de Dominação Económica**

**Aluno: Rafael Bezerra Carvão**

**Orientador: José Alberto Gomes Machado**

**Évora, 2010**

179 948



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**MESTRADO EM GESTÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL**

**A Eliminação dos Muxarabis, Rótulas e Gelasias do Brasil – Um Caso de  
Dominação Económica**

**Aluno: Rafael Bezerra Carvão**

**Orientador: José Alberto Gomes Machado**

**Évora, 2010**



## **Agradecimentos e Dedicatória**

Como se é de costume agradecer em uma publicação os afetos, contribuições e apoios recebidos por toda vida, aproveito para também fazer:

Agradeço aos meus pais, meus irmãos, tia Rô, vó Faninha, e toda minha família.

Aos meus amigos André, José, Pedro, Sabrina, Amanda, Grazielle, Jaylson e Aline.

Aos meus professores José Alberto, Amnérís, Céu, Tucha, Iole e Ursula.

Ao mundo artístico dos Beatles, das Artes visuais e de Robbe-Grillet.

Ao mundo do pensamento de Freud, Dennett, Darwin e Nietzsche.

Ao mundo anarquista do Veganismo, Wikipedia, Ubuntu e Arcosanti.

Aos lugares Poços de Caldas, Além Paraíba, Krefeld e Évora.

Agradeço à Juliane e Filipe, toda a Casa e a Dona Maria.

Dedico ao mundo que não pôde se expressar.

## RESUMO

O objetivo dessa dissertação de mestrado é apontar para uma possível razão que explicaria a eliminação de alguns dos prováveis contributos mouriscos à Arquitetura Brasileira - os Muxarabis, Rótulas e Gelasias - durante o Brasil Joanino e Independente ao longo do XIX. O motivo apontado seria a dominação que as nações industrializadas, nomeadamente Inglaterra, exercia sobre Portugal (a antiga metrópole) e Brasil. Tais contributos mouriscos foram eliminados das cidades brasileiras através editais que obrigavam a sua retirada e foram substituídos pelo seu equivalente industrializado: as vidraças e estruturas de ferro fundido importados.

Palavras-chave: Cultura Islâmica – Patrimônio Cultural – Brasil Joanino – Arquitetura Tradicional Brasileira - Capitalismo Industrial

## **ABSTRACT**

**TITLE: The Elimination of Mashrabiyya and Traditional Lattice Work from Brazil: A Case of Economic Domination**

The objective of this master dissertation is to indicate a possible reason that would explain the elimination of some probable Moorish contributes to Brazilian Architecture – Mashrabiyya and Lattice Work – during the Joanine and Independent Brazil through the XIX century. The indicated reason would be the domination which industrialized nations, mainly England, took over Portugal (former colonizer) and Brazil. Such contributes were eliminated from Brazilian cities by official documents forcing their removal and were replaced by their industrialized equivalent: glass window and cast iron imported.

Key-words: Islamic Culture – Cultural Heritage – Joanine Brazil – Traditional Brazilian Architecture – Industrial Capitalism

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>1</b>
Justificativa e Metodologia	6
<b>1. Antecedentes</b>	<b>8</b>
1.1 Domínio Islâmico na Península Ibérica	9
1.2 Os Portugueses na América	12
1.3 A Cultura Mourisca no Brasil	14
<b>2. Muxarabis, Rótulas e Gelasias</b>	<b>22</b>
2.1 Muxarabis na América Espanhola	38
<b>3. As mudanças do final do século XVIII e início do XIX no Mundo</b>	<b>45</b>
3.1 A Modernidade e o Higienismo Urbanista	46
<b>4. O reflexo das Mudanças no Brasil</b>	<b>51</b>
4.1 A Ida da Corte e a Intendência de Polícia	51
4.2 A Abertura dos Portos às Nações Amiga	53
<b>5. A Eliminação dos Muxarabis, Rótulas e Gelasias</b>	<b>57</b>
5.1 Editais pré-Intendência de Polícia	57
5.2 Edital de 1809	63
5.3 Os Substitutos: Vidraças e Ferro Fundido Ingleses	65
<b>6. Ressurgimento dos Elementos Mouriscos no Neocolonial e Modernismo</b>	<b>69</b>
<b>Conclusão</b>	<b>74</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>78</b>

## Introdução

O objetivo dessa dissertação de mestrado é apontar para uma possível razão que explicaria a eliminação de alguns dos prováveis contributos mouriscos<sup>1</sup> à Arquitetura Brasileira - os Muxarabis, Rótulas e Gelasias - durante o Brasil Joanino e Independente ao longo do XIX. O motivo apontado seria a dominação que as nações industrializadas, nomeadamente Inglaterra, exerciam sobre Portugal (a antiga metrópole) e Brasil.

Começando pelo mais elementar, as Gelasias são painéis de tiras de madeira trançadas cuja função é controlar a luminosidade do exterior para o interior mas permitindo ventilação. No Brasil, as Gelasias ganharam uma versão que substituiu as tiras de madeira por tiras de vegetais e que foram denominados por Urupemas. As Rótulas, ou Adufas, são Gelasias aplicadas às janelas, portas, balcões, sendo comum possuírem um eixo no topo permitindo uma discreta abertura na base o que permite ao morador visualizar, ter contato físico ou passar objetos pela fresta, mas ainda preservando a privacidade do interior. Os Muxarabis são os balcões com Gelasias até o parapeito e, no caso dos cerrados, com Rótulas na parte superior. Alguns muxarabis estendiam-se por toda a fachada e era comum ter balanço de mais de dois metros.

Estes elementos arquitetônicos começaram a ser utilizados pelos construtores no Brasil no século XVIII nos primeiros núcleos urbanos e foram disseminados por todo território brasileiro e países da América Latina. Muxarabis, Rótulas e Gelasias dominaram o gosto popular por controlar a luminosidade, permitir a ventilação e preservar a privacidade do interior, tendo ainda o benefício de quem estivesse dentro pudesse observar o exterior. No entanto, ao longo do século XIX, foram eliminados da Arquitetura Brasileira (restando alguns poucos testemunhos no Brasil, mas permanecendo com grande notoriedade na Arquitetura Hispano-Americana) sendo substituídos por janelas, portas e balcões que foram confeccionados com produtos industrializados da Europa: as vidraças e grades de ferro fundido.

O crescente desenvolvimento tecnológico dos meios de produção durante os séculos XVIII e XIX, denominado sob a perspectiva histórica atual por primeira Revolução Industrial, permitiu às nações que dominassem essas novas tecnologias produzirem bens comerciáveis em escala inédita e venderem seus abundantes produtos

---

1 A possibilidade desses elementos serem de fundo mourisco será discutida adiante no Capítulo 1.

industrializados pelo resto do mundo. Aliado ao poderio militar que as maiores nações industrializadas dispunham, elas puderam submeter à comercialização destes produtos às outras nações.

Juntamente com o fim dos monopólios coloniais e a onda de independências das colônias, torna-se direto o comércio dos produtos industrializados entre as ex-colônias e as nações industrializadas. Por 300 anos, a colônia portuguesa na América foi dominada pela sua metrópole, mas a já longa decadência de Portugal frente a outras nações possibilitou que o Brasil fosse dominado por outras nações, no que refere-se as questões culturais, político-militares e econômicas.

Portugal, que estaria em uma situação dúbia já que ao mesmo tempo em que dominava era também dominado, cedeu a sua principal colônia aos interesses de uma nação industrializada e muito mais forte militarmente, a Inglaterra. Já era longa e forte a dominação inglesa na História Lusitana e foi herdada pelo Brasil no advento da chegada da Corte Portuguesa no ano de 1808. O regente D. João VI, ao chegar em terras tupiniquins, toma imediatamente duas medidas que já não são dos interesses lusitanos nem brasileiros mas sim da nação dominante, a Inglaterra.

Se antes a dominação cultural e militar era financiada por uma monarquia cristã e por uma burguesia mercantilista portuguesa, a nova dominação cultural e militar no Brasil foi financiada por uma burguesia industrial inglesa. Se antes a dominação cultural e militar tinha as funções de domesticar os espaços para a exploração de produtos agrícolas e minérios e também domesticar as mentes para a penetração religiosa e angariar almas e mãos-de-obra, as novas dominações adquirem as funções de estandardizar - ou modernizar - o territórios e mentes com o fim de permitir a penetração de produtos industrializados.

E se num primeiro momento, os materiais dos edifícios construídos na colônia despertavam pouco ou nenhum interesse por parte de Portugal, aqueles passam a incitar a fome de lucro da burguesia industrial inglesa. Os produtos industrializados, ou modernos, que abundavam na Inglaterra poderiam encontrar mercado consumidor no Brasil caso este estivesse aberto para eles. Diante da situação de forte dependência da família real portuguesa em relação à Inglaterra, aquela tomou duas medidas para satisfazer os interesses ingleses.

Assim, exauridos os recursos minerais conhecidos das ex-colônias ibéricas, ou em processo de independência, e ciente dos altos custos de uma administração colonial

no antigo modo, as burguesias industriais das nações dominantes viram no comércio de seus produtos a razão para continuar dominando outros territórios.

A primeira medida, a Abertura dos Portos às Nações Amigas, ou seja, à Inglaterra, pondo fim ao monopólio português, foi tomada antes mesmo de se chegar no Rio de Janeiro, ainda na primeira parada em Salvador. Esta cidade no nordeste brasileiro, mais perto de Portugal e que tinha sido capital colonial até 1763 quando perdeu a posição para o Rio de Janeiro, mais perto da região mineira, reviveu momentos de capital quando a Corte aportou em praias soteropolitanas e promulgou o acordo totalmente favorável à Inglaterra em detrimento aos interesses comerciais lusos.

É de se imaginar que a pressão que a Corte sofria por parte da Inglaterra, que tinha salvado a família real e que a protegeu durante a sua translação para o Brasil, não devia ser pequena ao ponto de não se poder esperar até chegar a capital Rio de Janeiro pra assinar a medida. A forte pressão deve-se ao fato de que, diante do bloqueio continental europeu criado por Napoleão, a Inglaterra viu-se afogada em seus produtos da recém Revolução Industrial e que entendeu o Brasil como uma grande oportunidade para lucrar.

Já a segunda medida, a criação da Intendência de Polícia, que em termos práticos foi a primeira forma de poder normativo e executivo no Brasil, foi um veículo que a princípio servia como forma de dominação da Corte sobre o seu Império mas que, sendo esta tutelada pelos ingleses, criava medidas que iam mas uma vez de encontro aos interesses ingleses e que foram executadas a ferro e fogo pela Intendência. Assim, além de garantir os interesses da Corte, a Intendência de Polícia era um intermediário legal, legitimado pela corte portuguesa, para garantir os interesses ingleses sobre a colônia portuguesa, o seu novo mercado consumidor, após a Abertura dos Portos às Nações Amigas.

Como os Muxarabis, Rótulas e Gelasias desempenhavam funções análogas às modernas janelas e balcões de vidros planos e o ferro fundido ingleses mas eram fabricados segundo a tecnologia tradicional e materiais locais, estes foram vistos como empecilho mercadológico diante dos interesses da burguesia industrial inglesa. Por meio de acordos políticos, militares e comerciais vantajosos à Inglaterra, o Brasil enquanto colônia promulgou editais que seguiam a tendência de outras nações ocidentais (tanto centrais e como periféricas) de proibir ou limitar ou muxarabis e gelacias - ou equivalentes locais - acusados de invadirem espaços públicos ou facilitarem a

propagação de incêndios.

Assim, umas das primeiras medidas da recém-criada Intendência de Polícia, encabeçada pelo intendente geral, Paulo Fernandes Viana, foi a elaboração do edital de 11 de Julho de 1809 que obrigava a retirada e proibia a construção de todas rótulas, gelosias e muxarabis dos sobrados da então capital do Império Português. E é na mesma época que começam a chegar da Inglaterra as modernas, industrializadas e dispendiosas vidraças e ferros fundidos, produtos que só foram a ser produzidos pelo Brasil de maneira significativa no final do mesmo século.

Editais relativos a estes elementos mouriscos arquitetônicos já eram promulgados desde o século XVII a fim de normatizar as construções nas nascentes polis da colônia. A diferença do edital de 1809 para os anteriores está no fato de que ele realmente foi executado diante dos imperiosos interesses econômicos ingleses, muito mais práticos e incisivos do que ideais de urbanismo e cidadania para uma colônia cujo regente a enxergava como terra de exploração ou de refúgio temporário.

Com isso, a exigência da retirada desses elementos arquitetônicos tornou, mesmo que indiretamente, obrigatória a compra dos produtos industrializados ingleses a fim de repor às casas desfalcadas dos seus recursos construtivos e arquitetônicos tradicionais. Cabe salientar que as mercadorias inglesas tinham impostos menores até mesmo que os produtos lusitanos, o que reforça a submissão da coroa à Inglaterra.

Deste modo, é na comunhão dessas duas medidas - a Abertura dos Portos às Nações Amigas e a criação da Intendência de Polícia fortemente atrelada aos interesses ingleses - que uma nação central, a Inglaterra industrializada e em disputa com a França sobre a hegemonia militar e novos mercados, na alvorada do Capitalismo Industrial e do conseqüente Neocolonialismo, começa a exercer o seu poder e despejar as suas mercadorias sobre o resto do mundo eliminando qualquer tipo de "concorrência" para seus produtos.

Como se pretende mostrar, foi a dominação de uma potência econômica e militar a razão da eliminação de um legado cultural de rica história para a Cultura Brasileira. Obrigar a retirada de todos os Muxarabis, Rótulas e Gelosias tem como real objetivo standardizar a arquitetura dos sobrados, ampliando ao máximo a demanda para os produtos ingleses. Sendo os sobrados as habitações dos burgueses, mesmo que estes não quisessem, eram indiretamente obrigados a comprar as caras e importadas vidraças e o ferro fundido ingleses. Assim, desaparecem estes ricos elementos

arquitetônicos de fundo mourisco da arquitetura colonial mas que ressurge, dada as suas intrínsecas qualidades, na arquitetura Neocolonial e Modernista sob outras formas mas desempenhando as mesmas funções de ordem prática e estética.

Deste modo, para finalizar, diante dos ricos contatos com várias culturas, uns sem-número de troncos culturais florescem e se entrelaçam como uma floresta tropical no Brasil. Miscigenando-se, cria-se um emaranhado, um nó genético-cultural que singularizou a Cultura Brasileira de tal maneira que até hoje nós, brasileiros, estamos perdidos nessa floresta identitária sem saber de onde viemos, quem somos, onde estamos e para onde vamos.

É na tentativa de buscar essa identidade, mas sem se perder nesse labirinto tropical, que a dica é seguir o exemplo de Teseu, ou seja, desemaranhar a linha histórica para achar a saída do Labirinto do Minotauro e promover a Independência frente ao dominação estrangeira. Se no caso de Teseu, a busca era a independência grega frente ao humilhante domínio cretense e salvar as virgens de sua terra, a tentativa desta dissertação é, mesmo que diminuta, mostrar alguns dos caminhos que se acredita ser sem saída (que seria seguir percursos impostos) e com isso evitá-los, para num futuro ainda distante, imaginar o Brasil liberto e capaz de preservar as suas qualidades originais.

## Justificativa e Metodologia

O interesse pelo tema – a influência mourisca no Brasil - começou durante a minha graduação em Antropologia Cultural com a leitura do seminal *Casa-Grande e Senzala* de Gilberto Freyre que, além de serem o autor e a obra citada basilares no pensamento social brasileiro, é nela que se encontra uma das primeiras menções dessa influência no Brasil. A inevitável surpresa, em um primeiro momento, de que havia qualquer coisa da distante cultura islâmica no Brasil, foi seguida pela curiosidade em entender o processo pelo qual certos aspectos foram difundidos na América portuguesa e de se identificar traços brasileiros que tem esta cultura como origem.

Essa mesma feliz surpresa (feliz do ponto de vista de alguém que valoriza a pluralidade) de que a cultura brasileira é ainda mais rica do que se supunha, leva à incompreensão da falta de reconhecimento que esta tem para com a Cultura Islâmica. Assim, foi a vontade de se compreender o porquê dessa desvalorização e, até um certo nível, o desacordo diante deste quadro, que comecei a ler sobre essa influência e perceber que isso se enquadra perfeitamente na questão da valorização do Patrimônio Histórico e Cultural.

O Legado da Cultura Islâmica no Brasil exala as reminiscências de uma civilização distante tanto geograficamente quanto temporalmente. O que ainda vibra desse patrimônio no Brasil deveria ser cuidado como uma preciosidade pois é testemunho vivo de um fascinante percurso cultural que começa na península Arábica, caminha pela parte setentrional do continente Africano até o Magrebe e lá adicionam-se elementos berberes. Essa cultura já miscigenada cruza o estreito de Gibraltar, domina quase toda a península Ibérica e absorve outros elementos da cultura local. É dessa rica cultura que, conseguindo resistir ao domínio cristão, certos elementos transpõe o Atlântico e, chegando ao Brasil, entrelaça-se com o indígena e africano locais colorindo-a ainda mais.

A riqueza desse patrimônio cujas heranças são provenientes de sucessivas transmissões de distintas culturas é por si só um fato extraordinário. Quanto mais distante, inacessível e invulgar for o legado maior deveria ser o zelo em preservá-lo. Porém foi o contrário que aconteceu no Brasil no que diz respeito à cultura árabe/moura, como será discutido ao longo da tese, pelo fato da cultura referida não se enquadrar aos interesses capitalistas, o que causou a sua aniquilação.

A fim de restringir o tema original para a dissertação que era a Influência Mourisca no Brasil, focalizei em alguns dos elementos arquitetônicos dessa provável origem. A escolha em restringir a dissertação para a influência na arquitetura deve-se a facilidade relativa de seu registro por se tratar de um bem material e riqueza de material bibliográfico. Estes elementos - os Muxarabis, Rótulas e Gelosias – demonstraram ser, ao longo da sua análise para a dissertação, um caso sintético da situação do Patrimônio Cultural e Histórico brasileiro e mundial dado o seu processo de introdução, desenvolvimento e quase que totalmente eliminação da cultura nacional.

Diante da tendência brasileira em se valorizar o europeu (e o japonês nos últimos anos), o “Brasil Mourisco” foi relegado e discriminado pelas elites e pouco ou quase nada do que é mourisco no Brasil é reconhecido como tal e ainda menos valorizado. Aquelas influências foram e são reconhecidos, valorizados e até certo ponto, supervalorizados, pela elite, pelo poder público e, de uma forma bastante expressiva, pela mídia em geral. Mesmo estando ciente que a tese pouco pode fazer para alterar esse quadro sedimentado ao longo dos séculos, ela se justifica por ser mais um estudo, modesto, a alinhar-se ao campo teórico de valorização da Cultura Islâmica.

A metodologia empregada foi a análise crítica da bibliografia existente específica sobre o tema nomeadamente os estudos de José Mariano Filho, Estevão Pinto e Paulo Marins como também dos assuntos gerais que o circundava. Foi realizada ainda análise de documentos, relatos de testemunhas e iconografia do século XIX e XX.

## 1. Antecedentes

Acredito que, antes de falar propriamente dos Muxarabis, seus componentes, versões e derivados, cabe agora reconhecer alguns obstáculos metodológicos que possam vir a ser levantados. Seria possível a reprodução indireta de um elemento cultural, ou seja, seria possível que elementos mouriscos da Cultura Portuguesa, caso estes existam, tivessem emigrado para o Brasil e, uma vez imigrados, teriam como se reproduzir e contribuir com a sua Cultura Brasileira?

Para responder a essa complexa dúvida, apontarei em duas partes, na sequência deste capítulo, os indícios que apontariam para a forte possibilidade de que certos elementos da cultura portuguesa de ascendência mourisca chegaram ao Brasil e lá se reproduziram até a sua quase que total extinção. Assim, a primeira parte deste capítulo tratará da questão de que se há e como foi a introdução de tais elementos mouriscos na Cultura Portuguesa.

A segunda parte deste capítulo tratará de uma questão ainda mais complexa que tentarei abordá-la mostrando indícios de que os elementos arquitetônicos estudados seriam de origem mourisca e que estes puderam chegar ao Brasil através dos portugueses. De modo a responder a segunda questão pretendo demonstrar que os elementos mouriscos na Cultura Brasileira aqui estudados são também os indícios mais fortes e concretos da influência mourisca no Brasil, excluindo-se o campo da língua.

Começarei aqui falando da histórica viagem e transformação que esses elementos culturais tiveram desde a sua origem, passando pela sua disseminação pelo domínio Islâmico até a península ibérica e depois pela colonização portuguesa no Brasil.

## 1.1 O Domínio Islâmico na Península Ibérica

Cabe neste momento fazer uma pequena contextualização histórica sobre as origens dos mouros e do domínio destes na Península Ibérica<sup>2</sup>.

Acredita-se que a palavra “mouro” venha do vocábulo grego *mauros* que significa preto ou muito escuro. O léxico Mouro apesar de ser associada aos muçulmanos é, originalmente, designação étnica e advém do Reino Numídia, no que hoje é conhecido como a Argélia e o Marrocos e teve o surgimento no século terceiro antes de Cristo, ou seja, nove séculos antes do surgimento do Islã.

Durante a Idade Média, a palavra 'Mouro' adquire além da sua noção étnica, a noção religiosa pois passa a ser o termo que se usava para denominar os Muçulmanos do Norte da África e ao sul onde hoje é Mauritânia, Saara Ocidental e outros países da África Ocidental até o limite com o Rio Senegal depois da expansão Árabe/Islâmica em direção ao norte da África. Assim, o termo 'Mouro' passa a ser, em *lato sensu*, a designação do resultado da miscigenação genética, histórica, territorial e cultural entre o Berbere e o Árabe muçulmano. Esse povo miscigenado foi a base populacional durante o Domínio Islâmico na península Ibérica já durante o Califados de Rashidun e Umayyad.

Até o século VIII os mouros resistiram às investidas dos árabes até caírem sob seu domínio em 711 A.D. Dez anos mais tarde, os mouros e árabes já tinham invadido a Península Ibérica por Gibraltar em 30 de Abril de 711 depois da decisiva batalha de Guadalete liderado por Tariq ibin-Ziyad que em sete anos já tinha conquista quase toda a península até os Pirineus, com exceção das Astúrias. Os domínios estenderam-se até o sul da França mas mais tarde foram derrotados pelo rei franco Carlos Martel na famosa batalha de Poitiers em 732.

Toda a península, com exceção das Astúrias, tornou-se parte do Império Umayyad sob o nome de *al-Andalus*. No início a Andaluzia era governada por um Califá por um período de 3 anos porém, com a disputa interna pelo poder, Yusuf al-Fihri emergiu como soberano após a disputa.

O forte fluxo genético e cultural pelo qual a Península Ibérica sofreu por parte dos árabes/mouros durante o seu domínio foi tão imperativo que foi capaz de romper

---

2 A Base do corpo teórico deste subcapítulo pode-se ser encontrada em LEWIS, Bernard. *The Arabs in History* na nova versão de 1992.

com a inércia visigoda/cristã na península ibérica e em poucos anos dominar quase toda península e deslocar os insurgentes cristãos para o norte nas montanhas asturianas.

Córdoba tornou-se o grande centro do império andaluz com 471 mesquitas, 300 banhos públicos, 63 mil casas de nobres e 200 mil de pessoas comuns. Mais de 80 mil lojas. A água da montanha era distribuída por todos os quarteirões da cidade através de tubulações. Reservatórios e Fontes de mármore grego estavam por toda a cidade. As casas de Córdoba tinham um “ar condicionado” durante o verão produzido pelo ar fresco de camaradas de flores. Córdoba era uma das maiores capitais de toda Europa e seu luxo era notório por todos os lados.

A invasão, conquista e colonização dos mouros do terreno hoje compreendido como Portugal começa no século VII e perdura até o século XIII com a perda do último território mourisco, o Algarve. Durante esse período de domínio muçulmano, Portugal adquiriu vastos elementos dessa cultura que estão espalhados em todos níveis da vida social e cultural portuguesa.

Após sucessões de disputas internas pelo poder, o califado divide-se em vários emirados pequenos e fracos. Tem início, em 1031 a reconquista cristã que começou pelo norte e foi alastrando-se em direção ao sul até a tomada do emirado de Granada em 1492. Por mais de 150 anos, Granada sobreviveu como um estado independente, dentro do estado cristão da Espanha, onde era praticado o islamismo e toda a cultura moura estava viva.

Foi então, nesse contínuo processo histórico de expansão e retração de um sistema, que a cultura árabe/moura expandiu-se com a sua frente ocidental até Poitiers, na França, em 732 para depois retrair até Granada em 1492. Contudo, nesses mais de 700 anos de domínio, a cultura árabe/moura não partiu da Europa continental ocidental sem deixar seus rastros. Como em um palimpsesto, a cultura árabe/moura imprimiu profundos traços na história e cultura da Europa Ocidental por mais que estes estejam cobertos por camadas de tinta mais recentes.

Antes até do Domínio Islâmico, Portugal foi durante milênios ponto de encontro de culturas da África, Europa e Oriente Próximo cujo elemento autóctone português de origem ainda desconhecida, Gilberto Freyre apontaria para uma origem africana, e assim foi misturando-se com levas sucessivas de fenícios, gregos, romanos, povos germânicos como os godos e suevos e por fim, a última camada cultural da formação da nação portuguesa, o elemento mouro.

A cultura árabe/mourisca chegou a Portugal de forma consistente a partir do ano de 711 depois da Invasão e Conquista Islâmica na Península Ibérica pelo estreito de Gibraltar. O fluxo da cultura árabe/mourisca intensificou-se com o Domínio Islâmico e continuou, mesmo que possivelmente em menor intensidade, em terras lusas bem depois da expulsão de todos os não-cristãos no século XVI do Reino de Portugal. Esses elementos mouros se somaram aos elementos ibéricos, fenícios, gregos, celtas, romanos, alanos, visigóticos e, depois da Reconquista, aos elementos cristãos da Europa Medieval

A cultura ibérico-portuguesa foi moldada pelo processo histórico de expansão e retração de várias culturas externas que nela imprimiram as suas marcas. O processo, para se usar uma metáfora, seria análogo às erosões e sedimentação causados pelo movimento das marés de além-mar que, como a História, é feita de fluxos descontínuos, de idas e vindas, que se inscrevem em um padrão cíclico de ascensão e queda (expansão e retração) e que deixam marcas discretas porém duradoras, ou como a erosão de uma maré.

Assim, acredito que a História evolui de maneira cíclica, ou seja, a História evolui sob um padrão que consiste em ascensão e queda de um sistema e que cuja história permanece gravada como num palimpsesto, discreta porém indeletável. Da mesma forma, acredito que tenha sido da mesma forma que o processo de expansão e retração da cultura árabe/moura na península Ibérica tenha sido capaz de deixar as suas marcas.

Mesmo com o fim do período de domínio Islâmico na Península Ibérica, o seu legado ainda vibra até os dias de hoje e como veremos a seguir, também nas ex-colônias de Portugal e Espanha. Foi esse povo ibérico, carregado de sangue mouro, que descobre e coloniza a porção centro-austral do Continente Americano.

## 1.2 Os Portugueses na América

O fluxo cultural português no atual território brasileiro deveu-se à expansão bélico-religiosa iniciada no século XII com a reconquista do centro-sul português do domínio árabe e mouros<sup>3</sup>. A fim de satisfazer a crescente sede expansionista, o Reino de Portugal toma Ceuta no atual Marrocos e descobre e ocupa as ilhas de Cabo Verde, Canárias, Madeira e Açores antes de dominar entrepostos comerciais na África e Ásia.

Com a descoberta do Brasil em 1500, o Reino de Portugal decide alastrar-se para a América. No início de uma forma titubeante mas depois do descobrimento da possibilidade de explorar com sucesso a cultura da cana-de-açúcar no Litoral e Zona-da-Mata nordestinos, o Brasil vê-se infestado de uma nova sociedade em muito diferente da sociedade indígena que dominava a região até então.

Desta forma o Brasil conhece um segundo fluxo populacional e cultural, os portugueses, que chegam após quase 40 mil anos de domínio do território brasileiro por parte dos povos do primeiro fluxo populacional, o indígena.

Tão forte e bem-sucedido como foi o primeiro fluxo, o fluxo português alterou morfológica e gradativamente a sua porção na América. Os elementos dessa nova sociedade foram aos poucos se espalhando pelo território brasileiro do Nordeste para o Sudeste, do Litoral para o Interior<sup>4</sup>. Simultaneamente, a sociedade indígena foi sendo aniquilada e desaparecendo com a expansão portuguesa.

Porém, longe de desaparecer totalmente, os elementos da sociedade indígena estão inegavelmente presentes e ativos na sociedade moderna brasileira em possivelmente todos os seus aspectos, dada a sua importância na formação do Brasil e capacidade de adaptação. No caso estudado, veremos como uma invenção Indígena se adapta à uma invenção Islâmica e juntas dominam as janelas de quase todas as casas no Brasil.

Posteriormente a “descoberta” do Brasil, esse português quinhentista recém-liberto do jugo Mouro somou os elementos da cultura europeia da Renascença, Maneirismo, Barroco e Neoclassicismo e elementos de outras partes do mundo: das

---

3 Nessa época, Árabes, Mouros e Eslavos islamizados possuíam domínios diferentes dentro do atual Portugal.

4 Essa mesma tendência migratória é atualmente observada na geografia populacional brasileira. Milhões de migrantes nordestinos mudaram-se para o Sudeste a partir dos anos 50 com a decadência da mesma indústria álcool-açucareira e urbanização dos centros Rio de Janeiro e São Paulo.

Colônias e Nações que mantiveram contato com Portugal (algumas dessas colônias e nações eram Islâmicas como Ceuta, Mascate, Norte da Índia), e transmitiu-os ao Brasil.

Esses e outros elementos que formaram a cultura do português do último ano do século XV até o início do século XIX com a independência do Brasil reproduziram-se em solo tupiniquim, de uma forma ou de outra, sofrendo mutações e contribuições de outras culturas e adaptando-se ao meio. E foi o português o veículo monopolizador de transmissão de influências que não subsaariana ou indígena:

*“A predominância da cultura portuguesa durante os três primeiros séculos de colonização do Brasil foi absoluta e abrangente a todos os domínios. Sobre este fato aplicado à arquitetura, coloca Augusto C. da Silva Telles: “Praticamente só uma influência generalizadora se fez sentir, tanto na arquitetura religiosa, quanto civil: a influência da civilização portuguesa, através dos seus variados aspectos, religioso, social, artístico, cultural, político, administrativo; enfim, todo o modo de sentir e de ser de seu povo. Houve evidentemente alguns pontos de influências outras, mas tratava-se de focos localizados em áreas limitadas”.* (CARVALHO. 2002. Pág. 53-54)

Por quase quatrocentos anos o território brasileiro, primeiramente habitado somente por indígenas, testemunhou a chegada grandes e estáveis fluxos de duas mesmas raízes: a africana e a portuguesa. Só depois, só com a abertura dos portos à imigração de outros povos no final do século XIX, que quantidades significativas de outros povos como os italianos, alemães, espanhóis, sírio-libaneses e japoneses, puderam deixar a suas marcas que, juntamente com as marcas deixadas pelos três povos basilares, moldaram e ainda moldam a cultura brasileira.

### 1.3 A Cultura Mourisca no Brasil

*“El famoso libro de Ikram Antaqui, que dice lo siguiente: «querían construir iglesias, pero les salían de entre las manos mezquitas»”(KHATTABI, 2005. Pág. 6)*

Dando sequência à História de Portugal e o contexto Ibérico, cabe agora analisar as influências mouriscas na arte e vida social brasileira.

Segundo aponta a bibliografia (que será adiante explicitada) sobre a influência mourisca na Cultura Brasileira, um vasto número de modelos e práticas sociais da vida do brasileiro tiveram e/ou têm origem na cultura mourisca e moçárabe trazida pelo português. A arquitetura e interior das casas, a música, a literatura, o vestuário, a culinária, agricultura e flora, modelos de relações familiares e sociais e econômicos - agricultura e flora, tecnologia e modelos adapto-produtivos; Artes - arquitetura e interior dos edifícios, música; Costumes – folclore, gestos, vestuário, culinária, são os aspectos dessa cultura “oriental” que estão presentes na sociedade brasileira.

Por razões históricas, o Brasil não teve contato direto com a cultura mourisca; nem mouros nem árabes aportaram de forma significativa e consistente no Brasil durante o seu período colonial. Mas há a hipótese que os próprios mouros e árabes que chegaram ao Brasil como escravos ou técnicos para auxiliar os portugueses.

*“Vindos para o Brasil, os descendentes de moçárabes e de mouros cristianizados, Debbané acha que até prisioneiros de guerra nas campanhas de Marrocos e mouriscos expulsos em 1610, já não viriam diretos da servidão da gleba, mas do serviço de poderosos e das ocupações urbanas a que muitos se acolheram para escapar às leis de Dom Fernando”. (FREYRE. 1933. Pág. 217)*

De qualquer forma, o que é significativo para o presente estudo, é que o Brasil foi colonizado e povoado por portugueses que estavam impregnados da cultura mourisca. Se não existe a cultura africana e indígena, mas mais sim uma pluralidade de culturas voláteis e permeáveis, a cultura portuguesa também não é um entidade hermética e real, mas sim uma idealização de um projeto de nação da baixa idade-média. E se antes não se permitia e contemplava a diversidade de sua formação por

razões políticas, já que sem patriotismo não há guerra entre nações, hoje o que existe é uma simplificante e idealizada noção do que seria uma nação e a sua relação com a cultura, no nosso caso com a cultura portuguesa.

Assim, a cultura portuguesa não é só cristã, nem é só árabe, nem apenas europeia ou ibérica, mas sim a soma de todas as contribuições culturais mais as circunstâncias históricas e geográficas que a ajudaram formá-la. Só assim, a partir desse conceito complexo do que é a cultura, podemos entender a formação cultura do português que colonizou e povoou o Brasil durante trezentos anos e que pôs em prática esta sua cultura eclética.

Os mouros prestaram uma enorme contribuição à Arquitetura Portuguesa como os arcos em forma de ferradura, os azulejos, o requinte dos detalhes do acabamento tanto interior como exterior dos edifícios e, por consequência, a Arquitetura Brasileira, como *“diversos outros valores materiais, absorvidos da cultura moura ou árabe pelos portugueses, transmitiram-se ao Brasil: a arte do azulejo que tanto relevo tomou em nossas igrejas, residências, banheiros, bicas e chafarizes; a telha mourisca; a janela quadriculada ou em xadrez; a gelosia; o abalcoado; as paredes grossas”*. (FREYRE. 1933. Pág. 221)

A língua portuguesa de hoje conta com centenas de vocábulos de origem árabe, mas a cultura moura também é marcante em outras formas de expressões artísticas e da vida social do povo lusitano e brasileiro, como na Música, notadamente o Fado, a Música Sertaneja e o Repente, na Literatura, especialmente os contos tradicionais e populares, no Vestuário como no caso de muitas mulheres no passado, e ainda hoje, vestirem-se cobrindo todo o corpo de preto tendo só a face exposta. *“E tendo viajado no interior de Minas e de São Paulo, ainda encontrou o hábito das mulheres irem à missa de mantilha, o rosto quase tapado, como o das mulheres árabes”*. (FREYRE. 1933. Pág. 347)

Na Culinária, nos doces e pastéis, *“também o conhecimento de vários quitutes e processos culinários; certo gosto pelas comidas oleosas, gordas, ricas em açúcar. O cuscuz, hoje tão brasileiro, é de origem norte-africana.*

*O cronista que acompanhou a Lisboa o Cardeal Alexandrino em 1571 notou o abuso de açúcar, canela, especiarias e gemas de ovos cozidos na comida portuguesa. Informaram-lhe que a maior parte dos quitutes eram mouros. Observou também o fato de a meio do jantar mudarem-se os guardanapos - requinte de limpeza talvez*

*desconhecido entre os italianos. Os velhos livros de cozinha portuguesa como a Arte de Cozinha de Domingos Rodrigues, mestre-de-cozinha de Sua Majestade (Lisboa, 1692), vêm cheios de receitas mouras e mouriscas: "Carneyro Mourisco", "Chouriço Mourisco", "Gallinha Mourisca", "Peyxe Mourisco", "Olha Moura". (FREYRE, 1933. 220)*

Na Arquitetura, o mestre Gilberto Freyre aponta que *"Nos jardins frescos, abertos e quase sempre com fonte ou água corrente, desejo de frescura herdado dos mouros, o gosto dos voluptuosos banhos de gamela ou de "canao"; o gosto da água corrente cantando nos jardins das casas-grandes. (FREYRE, 1933. Pág. 220)*

No interior da casa, *"não esqueçamos de que nossas avós coloniais preferiram sempre ao requinte europeu das poltronas e dos sofás estofados, o oriental, dos tapetes e das esteiras. Em casa e até nas igrejas era sobre os tapetes de seda ou as frescas esteiras de pipiri que se sentavam, de pernas cruzadas à mourisca, os pezinhos tapados pela saia. "Quando vão visitar", informa um relatório do século XVII, referindo-se às mulheres luso-brasileiras, "primeiramente mandam participar; a dona da casa senta-se sobre um belo tapete turco de seda estendido sobre o soalho. (FREYRE. idem)*

Porém, a influência mourisca no Brasil é ainda pouco reconhecida, mesmo com o esforços desses grandes teóricos sociais como Outros pensadores seguiram o caminho aberto por Freyre, como Câmara Cascudo, Manoelito de Ornellas, José Mariano Filho e Estêvão Pinto, na primeira metade do século passado.

Quando os elementos mouros da cultura portuguesa chegaram ao Brasil, adquiriram novos significados ao serem incorporados pela cultura local. Negros, Índios e Brancos apropriaram-se desses elementos, 'antropofagiando-os', dando novos usos ao adaptá-los ao clima tropical.

Desde a descoberta do Brasil, inúmeras levas de portugueses aportaram na nova terra e lá se fixaram. E com eles não trouxeram apenas força de trabalho e desejo de enriquecer-se. Trouxeram também todo o substrato cultural que há séculos estava fomentando em um grande caldeirão cultural que foi a Península Ibérica e, para o nosso estudo, Portugal.

Desse país rico de cultura e origens que é Portugal, de vários elementos díspares e até certo ponto antagônicos, de dólicos-louros do norte e morenos de tez quase negra do sul, essa heterogeneidade também se fez presente no colonizador português do Brasil.

Tantos os louros cristãos do Norte do país como os moçárabes recém convertidos ao cristianismo e que estavam encharcados ainda da cultura mourisca tomaram o caminho do mar, voluntária ou involuntariamente, e aportaram no Brasil.

*“Portugal é por excelência o país europeu do louro transitório ou do meio-louro. Nas regiões mais penetradas do nórdico, muita criança nasce loura e cor-de-rosa como um Menino Jesus flamengo para tornar-se, depois de grande, morena e de cabelo escuro. Ou então - o que é mais característico - revela-se a dualidade, o equilíbrio de antagonismos, naqueles minhotos de que nos fala Alberto Sampaio: homens de barba loura e cabelo escuro. Homens morenos de cabelo louro, mestiços com duas cores de pêlo é que formaram, ao nosso ver, a maioria dos portugueses. colonizadores do Brasil, nos séculos XVI e XVII; e não nenhuma elite loura ou nórdica, branca pura: nem gente toda morena e de cabelo preto”.* (FREYRE, 1933. Pág. 202)

Apesar do desejo primeiro de apenas enriquecer e depois voltar a terra-mãe, muitos portugueses permaneceram durante esses cinco séculos imigração portuguesa no Brasil e fizeram das terras brasileiras a sua nova pátria e nelas construíram uma nova civilização, uma Civilização Tropical, de dimensões continentais (o Brasil é 80 vezes o território de Portugal). Esses portugueses mesclaram, voluntária ou involuntariamente, a sua cultura com a dos negros africanos e com indígena, assim, são essas três as grandes raízes formadoras da nação brasileira.

Mas como aqui a intenção não é repetir mais uma vez a mesma generalização grosseira, discutirei a seguir o que, caso os indícios e evidências sejam verdadeiros, o que em certos casos se diz português é, aprofundadamente, moçárabe e o que desse fato explica o que o mestre Freyre aponta ser mouro no Brasil:

*“Sangue e cultura que viriam ao Brasil; que explicam muito do que no brasileiro não é europeu, nem indígena, nem resultado do contato direto com a África negra através dos escravos. Que explicam o muito de mouro que persistiu na vida íntima do brasileiro através dos tempos coloniais. Que ainda hoje persiste até mesmo no tipo físico”.* (FREYRE. 1933. Pág. 210)

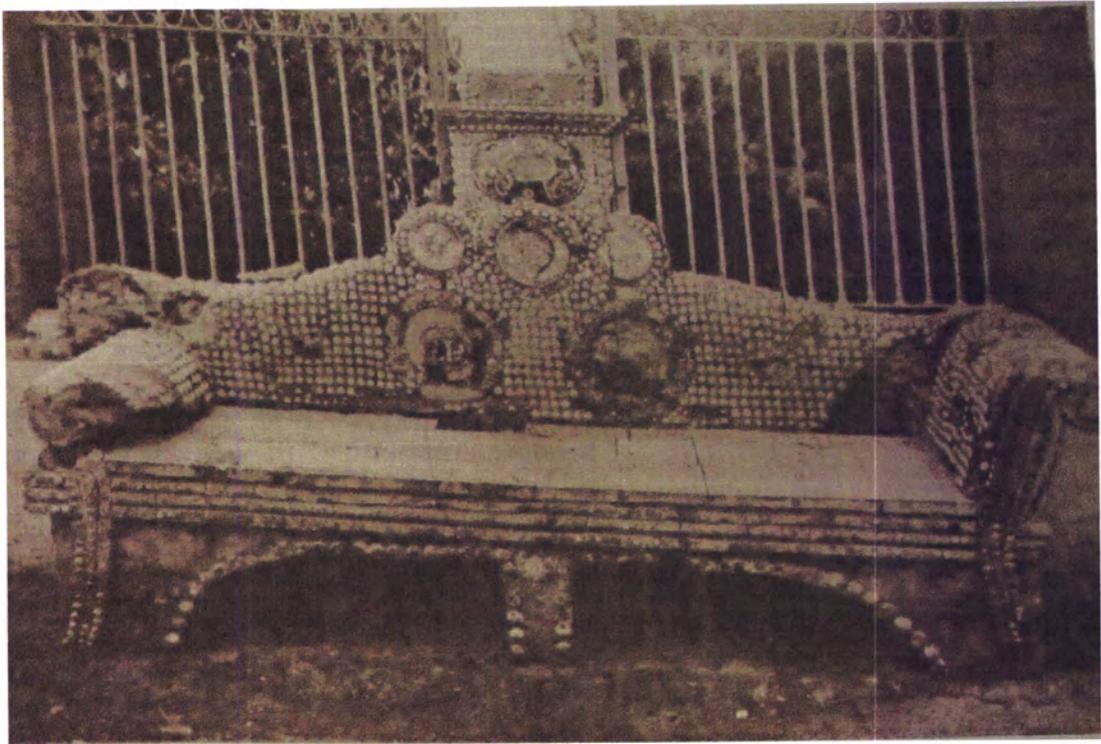
Assim, o Brasil, que até a chegada da corte em 1808 era uma colônia bastante fechada às influências de qualquer outra nação europeia, só poderia ter recebido qualquer contributo não-indígena e ou não-subsariano de Portugal, ou seja, qualquer outro elemento presente na cultura brasileira foi “antropofagiado”, ou para usar a imagem de Gilberto Freyre, mastigado e amolecido pelo povo português. Influências asiáticas, e europeias e islâmicas que tenham chegado ao Brasil foi primeiro processado

pelo português e foi prioritariamente através dele que chegou ao Brasil antes da Abertura dos Portos.

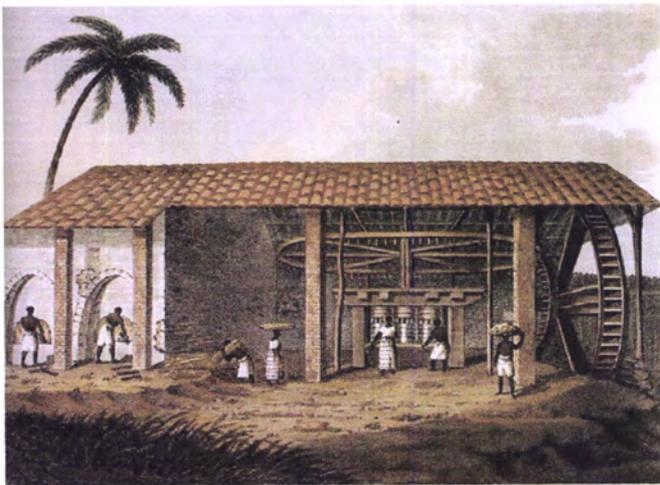
Deste modo quero dizer que, pelo fato de Portugal ter sido o único intermediário brasileiro com o resto do mundo não-subsaariano<sup>5</sup>, os Muxarabis, Rótulas e Gelosias só poderiam ter sido trazidas pelos portugueses antes da abertura dos portos aos outros povos no final do século XIX e não por qualquer outra fonte. Assim, estes mesmos elementos presentes no Brasil só podem ter sido de origem portuguesa e, por conseguinte, de fundo islâmico, e não de qualquer outro lugar e origem.

---

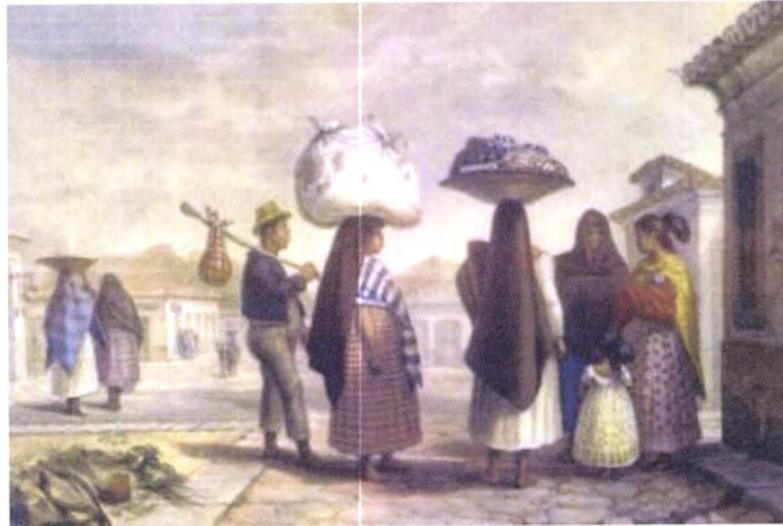
5 Há, sem dúvida alguma, influências islâmicas trazidas pelos africanos em contato com a Cultura Islâmica mas no caso estudado não seria uma hipótese que valeria a pena ser levantada dada a enxovada de evidências de que os elementos estudados tenham sido trazidos pelos portugueses visto que no próprio Portugal existiam e/ou existem os mesmos elementos ou similares.



*Banco de Estilo Mourisco no Solar Monjope no Rio de Janeiro*



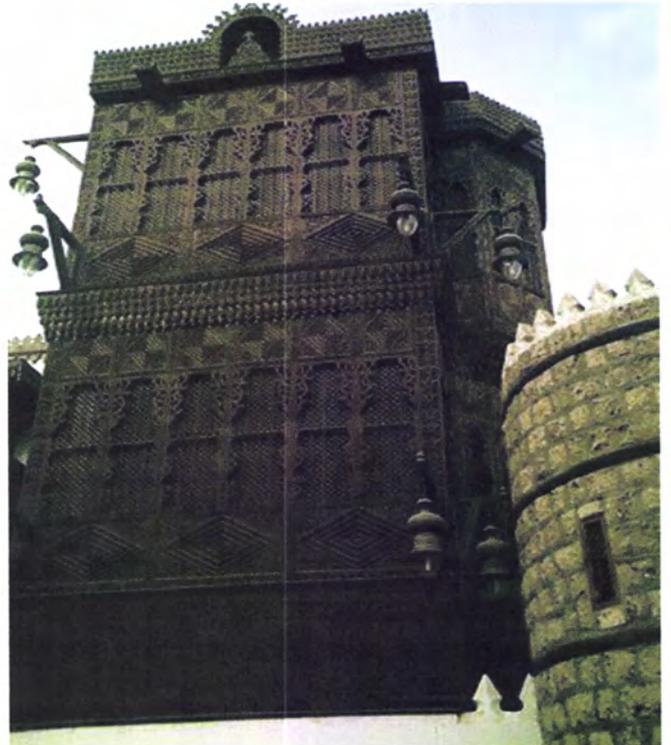
*Engenho d'Água. Henry Koster, 1812. Segundo aponta Freyre, a tecnologia do engenho d'água seria de origem islâmica.*

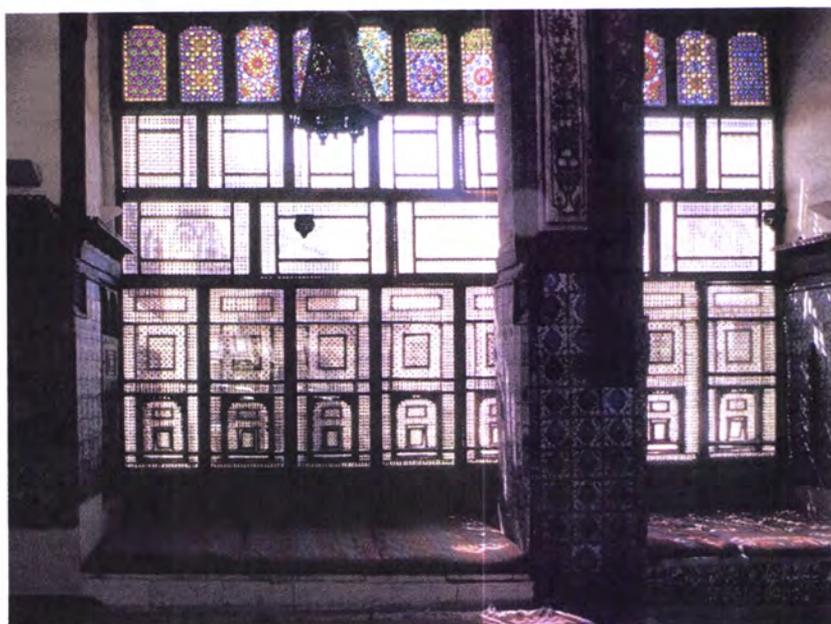


*Caboclas lavadeiras na cidade do Rio de Janeiro*



Muxarabis cerrados em Jeddah





**Efeito da Luz passando por uma Gelosia e Rótula**

## 2. Os Muxarabis, Rótulas e Gelosias

Dentre os contributos mouriscos que estão ou estiveram presentes na cultura brasileira, os mais notáveis são, possivelmente, os arquitetônicos<sup>6</sup>. A primeira razão é, elementarmente, a materialidade desses contributos. Diferentemente dos contributos imateriais, os elementos arquitetônicos podem perdurar por séculos ou milênios servindo de testemunho de uma influência. A segunda razão seria facilidade e/ou objetividade do seu registro, seja por relatos ou ilustrações. A terceira, e mais importante para o presente estudo, é a grande exposição que um elemento arquitetônico tem na vida social, comunicando-se com a cultura, política e, como será ressaltado na dissertação, o diálogo entre estes elementos arquitetônicos e a ordem econômica.

Mas o diálogo entre a arquitetura e interesses econômicos nem sempre foi o preponderante. No início da colonização brasileira, a arquitetura formal era basicamente militar e as construções civis eram despojadas de qualquer preocupação arquitetônica, ou seja, as construções tinham a função de proteger os moradores das intrepidezas da natureza ou da violência de outros homens. O bem-estar, a luminosidade, a temperatura ambiente e o apego estético não estavam entre as primeiras necessidades.

*“Desde que a arquitectura brasileira começou a expressar-se de accord com o sentimento tradicional portuguez, o que só ocorreu no começo do seculo XVIII, quando a architectura da pedra usada quasi exclusivamente nos seculos XVI-VII para obras reynas de carácter defensivo e algumas raras habitações domesticas, se estendeu nas cidades terracenas ás modestas habitações dos colonos, a influencia oriental sobre ellas se fez sentir de modo expontaneo e natural. Os elementos de caracterisação muçulmana profundamente arraigados nos themas populares de composição, serviram desde então, para estygmatisar a architectura leiga não erudita, que o povo fazia para as suas rudimentares necessidades, fóra da influencia do governo da Metropole”. (sic) ( MARIANO FILHO. 1943 Pág. 9)*

Nos séculos XVI e XVII a colônia portuguesa na América era prioritariamente uma simples e bruta feitoria de escambo de pau-brasil ou mais tarde, com cultivo de cana-de-açúcar, um conjunto de engenhos que, análogos aos castelos medievais, eram autossuficientes - com até as suas próprias capelas - e voltados para produção do açúcar. O que se construía lá eram edificios com preponderância para a defesa e moradias destituídas de qualquer rebuscamento.

---

6 Exceção feita aos elementos árabes na língua portuguesa falada no Brasil.

*Durante o atribulado século XVI, às voltas com os obstinados franceses de um lado, e os índios insubmissos de outro lado, incertos da própria sorte que os esperava, tiveram os colonizadores portugueses o bom senso de se apoiar na experiência do selvícola tupi para a solução do problema arquitetônico de emergência. (sic) (MARIANO FILHO, 1943 Pág. 10)*

Uma das soluções dessa “arquitetura de emergência” teve origem na tecnologia indígena. Apropriando-se do modo de construir dos índios, o português colonizador passara a morar em *tejudabas de pindoba* que significa, do tupi tei: povo, gente e upab: lugar, sítio. Esta era a habitação isolada que os tupis construíram fora da aldeia e era coberta por folhas de pindoba, uma planta local. Foi esse tipo de habitações que encontrou o Jesuíta Padre Antônio Vieira quando foi pregar as palavras de Deus em terras tupiniquins. Tal como os índios, assim viveram primeiros colonos portugueses, incapacitados de construírem as suas casas de acordo com tradições portuguesas, entre elas os elementos arquitetônicos mouriscos.

*“Adaptadas as normas de construir de acordo com a tradição do povo português para aqui transplantada, surgem naturalmente os elementos de caracterização de fundo árabe, profundamente integrados nos correntios temas de arquitetura popular portuguesa. A impregnação do carácter oriental é constante durante os séculos dezessete e dezoito, vindo a extinguir-se no correr do século dezenove, por imposição dos poderes oficiais. A caracterização muçulmana atinge seu ponto culminante nas cidades montanhosas de Minas oitocentista, onde se encontram ainda hoje, remanescentes preciosos desse curioso episódio da arquitetura tradicional brasileira.” (sic) (MARIANO FILHO. 1943 Pág. 10)*

Mas a partir do momento em que começou a desenvolver os primeiros núcleos urbanos e abrandar o medo de ataques estrangeiros, as construções puderam ostentar elementos arquitetônicos que providenciavam bem-estar e apelo estético aos moradores. Assim, a arquitetura praticada no território brasileiro pode exalar as tradições portuguesas, como telhas de canal, hoje chamadas “coloniais”. Mas também, foi nesse momento, que puderam florescer os primeiros elementos mouriscos no Brasil.

Ciente dessas duas alterações do meio, a da técnica e a do material, os elementos arquitetônicos também deveriam ter resultados finais alterados. As urupemas, análoga a rótula de madeira, eram feitas de um trançado de taipa comum na cultura indígena.

*“Sob o ponto de vista “funcional”, as urupemas e peneiras indígenas agiam exactamente no mesmo sentido das adufas árabes, a que o povo dera de modo genérico o nome de “rotulas”. (sic) (MARIANO FILHO, 1943. Pág 14)*

Assim, é importante notar que estes elementos arquitetônicos não estavam em estado puro. Sofreram várias mutações ao adaptar-se a circunstância brasileira. Essas mutações foram produto, entre outras razões, da escassez de mão-de-obra portadora das técnicas usuais para a reprodução dos elementos arquitetônicos. A grande maioria da mão-de-obra era formada por não especialistas. Assim, além das mutações de origem técnica e cultural, os materiais que estavam à disposição dos marceneiros, carpinteiros e carapinhas eram diferentes daqueles que eram usualmente utilizados em Portugal.

*“Abandonado o problema architectonico ao próprio povo, era natural que os elementos de caracterização árabe se revestissem de grande rusticidade. ... Não puderam elles comprehender que certas expressões exasperadas deviam correr por conta da rusticidade da mão de obra, confiada a carapinas improvisados, a principio europeus, e depois, nacionaes. Não dispondo esses bisonhos interpretes da sabedoria oriental, de fontes directas de inspiração, applicaram os princípios muçulmanos a seu bel prazer. ... Em virtude do caracter expontaneo de suas bizarras exteriorizações, o sentimento oriental de fundo árabe não se revestiu de preconcebidas formas de expressão, características das composições eruditas”. (sic) (MARIANO FILHO, 1943. Pág 15 )*

Muitas vezes associados, esses três elementos criavam fecundas simbioses. As Rótulas consistiam de Gelasias, e os Muxarabis, como produto final da associação, combinavam as rótulas na parte superior e as gelasias na parte inferior. Como aponta Mariano Filho, estas:

*“Também chamadas de gelasias ou adufas, eram as partes inferiores dos muxarabis que deixavam passar a ventilação das ruas; avançavam sobre os limites da residência para a rua e abriam-se sobre esta; eram pintadas de verde. Compunham também os muxarabis as urupemas, nome popular de revestimento quadriculado, em madeira, colocadas na parte superior.” (MARIANO FILHO, 1943. Pág 12)*

Sobre a etimologia da Rótula:

*“O nome “rotula” parece ter-se originado do modo especial de articulação das secção de adufa que compunham as portas e janellas, articulação que se fazia no sentido antero-posterior, como a articulação tibio-femural do esqueleto humano”. (MARIANO FILHO, 1943. Pág 24)*

Mais uma vez vale a pena lembrar que esses elementos tinham enorme utilidade e apelo estético. Estes foram soluções tecnológicas e arquitetônicas geniais que permitiu as residências comunicar com o exterior e ao mesmo tempo preservando a intimidade do interior. Essa comunicação seria total: comunicar o interior das casas com a brisa fresca e a luz do exterior, mas controlando-a a gosto do morador e comunicar estes com as pessoas e a vida social do exterior mas protegendo a privacidade já que o morador tinha também o poder de ver e não ser visto. Como expõe Estevão Pinto sobre a pluralidade de funções dos muxarabis e dos seus reais efeitos:

*“A sinédoque a moringa, em vez de o lugar da moringa, é igual ao emprego da palavra vela, em substituição à frase navio de vela. Logo, outra ideia relacionada com o muxarabi é a de concheiro, a de bem-estar, a de higiene. Ou melhor, a de adaptação ao meio ambiente. Os muxarabis, no Cairo, em Medina em Bagdad, quase que só se veem nas ruas menos espaçosas da cidade, nas casas desprovidas de pátios e jardins. O muxarabi vem suprir essas deficiências. Recebe, através das suas rótulas, a ventilação da rua. É o lugar mais fresco do lar. Nele é que se guardam as alcarrazas. Ao contrário do que pensa Pedro Calmon, a adufa não 'condensava a umidade', nem 'habitua à tristeza'. Antes era, em seu conjunto, um encanto”.* (PINTO, 1943. Pág 17)

No Brasil tropical e equatorial, de temperaturas elevadas quase o ano todo, por vezes sobre-humanas, e de uma implacável luminosidade que não dá descanso às pupilas, as gelosias e muxarabis encontram um ambiente tão ou mais propício para o seu reflorescimento do que a sua terra de origem - o Levante - e certamente mais necessário que a sua segunda terra, a Península Ibérica. Dotados de um estupendo atavismo, os muxarabis e gelosias cruzaram tempos e oceanos e encontram na ecologia brasileira uma terra fértil para seu reflorescimento.

*“Era natural que agindo espontaneamente, sem a mais leve pressão dos poderes officiaes, pudessem os colonos expressar com sinceridade suas próprias tendencias, praticando aquillo que lhe parecesse mais útil ás necessidades da terra. Se em Portugal formara tradição o uso de pormenores de fundo muçulmano, destinados a corrigir a aspereza do sól e a excessiva luminosidade ambiente, aqui elles eram solicitados com maior razão. (...) De sorte que o uso das praticas orientaes creadas para a defesa contra o sól, não só se tornou mais frequente, como se revestiu de certa brutalidade, em relação ás expressões congeneres peninsulares”.* (sic) (MARIANO FILHO. 1943 Pág 23)

Os muxarabis e gelosias protegiam, refrescavam, “amoleciam” as durezas do

exterior. Um elemento “encantador” tanto do exterior quanto do interior. Do interior, as gelosias fragmentam a luz intensa, abrandando-a, desmanchando-a em uma miríade de raios que projetam uma constelação de losangos angulosos e coloridos por todo ambiente relaxando os olhos e instigando a imaginação.

As gelosias também permitem que a brisa penetre livremente mas não o vento forte e a chuva. É neste ambiente de luminosidade e temperatura controlada que se refrescavam não só as pessoas como as bebidas.

*“Literalmente, a palavra muxarabi significa o sítio das bebidas, local onde se punham as bilhas a fim de refrescar a água. Maxrab quer dizer, em árabe, “chafariz” e maxrabi significa “moringa” ou “quartinha”. A origem comum é o verbo xariba, “beber””. (PINTO. 1943. Pág 17)*

Do exterior, os Muxarabis encantam pela arte de sobrepor e cruzar as treliças, pelas almofadas, pela riqueza de detalhes e imaginação. Os Muxarabis protegem o interior dos olhares curiosos, a privacidade do público e transformam o interior em um ambiente fresco e aconchegante.

Os Muxarabis, Rótulas e Gelosias - do mais complexo ao mais elementar - foram contributos mouriscos de grande relevo na História da Arquitetura Brasileira. Dada a austeridade da arquitetura colonial, estes eram um dos poucos elementos arquitetônicos elaborados no exterior das casas. Como pretende-se apontar nessa tese, a arquitetura brasileira, valendo-se de alguns elementos mouriscos, teria similitudes com a islâmica:

*“A arquitetura (islâmica) se valia de uma comunicação própria, podendo ser lida e compreendida através de seus sinais em trânsito. As casas árabes, por exemplo, eram construídas para serem observadas de dentro, a partir de seus pátios internos, e não de fora. Os elementos que realizavam a transição entre estes dois espaços eram as portas e as janelas, demonstrativos da posição social do morador”. (HOURANI, 1994 Pág. 139)*

Assim, a elaboração artística das casas árabes era concentrada nas portas e nas janelas. Aquela era tida como o principal elemento da arquitetura do exterior. Eram feitas, na maioria dos casos, de madeira ou ferro e possuíam em volta batentes de pedra lavrada. Era comum uma janela em cima da porta para que se pudesse ver quem chegava sem ser visto, mais um requinte de privacidade das habitações islâmicas. As janelas eram cerradas com treliças de madeira - as rótulas - e muitas tinham balcões, - os

*mashrabiyya* ou, em português, muxarabis. Estes elementos foram a solução encontrada pelos islâmicos e pelos próprios cristãos que continuaram com o costume daquelas em dedicar-se muito mais do interior das casas do que o exterior. Também eram comuns nessas habitações pátios e jardins interiores que funcionavam como fonte de iluminação e arejamento já que o resto da casa estava voltado para eles, e não para a rua.

No Brasil, pelo fato dos muxarabis e rótulas serem um dos poucos elementos de exterior da arquitetura civil colonial brasileira, como nas casas islâmicas, eles ainda ganharam mais notoriedade por estarem presentes prioritariamente nas Vilas e Cidades do Brasil. Ainda, sendo os muxarabis recursos exclusivos dos Sobrados, onde a elite morava, eles adquiriram um grande relevo na vida social e política brasileiras. Já nas casas de um piso, o uso das rótulas era tão comum que estas eram chamadas de casas-de-rótulas e onde a população pobre habitava.

*“Como todas as pequenas casas terreas chamadas de porta e janella usavam rotulas, (as mais miseráveis usavam urupemas ou peneiras) ficaram sendo conhecidas por “casas de rótula”. Sendo posteriormente, em finas do século XX, grande parte dessas casas ocupadas pelo baixo meretrício, passou a expressão a ser empregada com segundo sentido: “Fulana foi para uma rótula”, etc. (MARIANO FILHO, 1943. Pág. 10)*

Assim, mais do que elementos arquitetônicos, muxarabis, rótulas e gelosias tinham a capacidade de definir sócio e economicamente os moradores das casas onde estes elementos estavam presentes. Eles também eram veículos de sociabilidade entre o interior e o exterior, entre a calma da privacidade e a agitação da rua. Como esclarece o antropólogo brasileiro Roberto DaMatta, é no diálogo entre essas duas realidades – a casa e a rua - que se constrói a experiência social:

*“Se em casa somos classificados pela idade e pelo sexo como, respectivamente, mais velhos ou mais moços e como homens e mulheres — e aqui temos dimensões sociais que são provavelmente as primeiras que aprendemos na sociedade brasileira —, nela somos também determinados por tudo o que a “honra”, a “vergonha” e o “respeito”, esses valores grupais, acabam determinando. (...) De fato, falamos da “rua” como um lugar de “luta”, de “batalha”, espaço cuja crueldade se dá no fato de contrariar frontalmente todas as nossas vontades. Daí por que dizemos que a rua é equivalente à “dura realidade da vida”. O fluxo da vida, com suas contradições, durezas e surpresas, está certamente na rua, onde o tempo é medido pelo relógio e a história se faz acrescentando evento a evento numa cadeia complexa e infinita”.* (DAMATTA, 1986. Pág. 20)

Se for dentro da casa brasileira somos pessoas com o seu lugar na estrutura familiar, na rua somos indivíduos desconhecidos e sujeitos as asperezas do mundo. Num Brasil Colônia, fortemente dividido entre negros e brancos, homens e mulheres, a rua era o espaço para os primeiros e a casa para os segundos. A forma que estes dois mundos distantes se intercomunicavam era através de intermediários. Se as mucamas já eram as mãos e pernas das sinhazinhas dentro de casa, no diálogo com a rua elas também eram as vozes e ouvidos.

Mas, além das mucamas, eram as próprias gelosias que permitiam, através de jogos de luzes, a comunicação entre a moça solteira da casa e o rapaz galanteador da rua, onde de longe só se permitia ver os vultos da pretendida. Henry Koster, filho de ingleses nascido em Portugal, fala das residências do início do século XIX quando aqui esteve em 1809:

*“algumas janelas das casas têm vidraças e balcões de ferro mas a maioria não os possui e os balcões são cobertos de gelosias. Não se veem mulheres além das escravas negras, o que dá um aspecto sombrio às ruas. As mulheres portuguesas e as brasileiras, e mesmo as mulatas de classe média, não chegam à porta de casa durante todo o dia”.* (KOSTER, 1819.)

As mulheres ficavam enclausuradas a maior parte do tempo, e só podiam tomar ar fresco quando o sobrado dispunha de jardim e pomares internos. É também constante os relatos dos viajantes estrangeiros referente à total ausência de participação feminina na vida pública brasileira no início do século XIX.

*“A inexistência de convívios burgueses na maioria das cidades e vilas brasileiras foi, por exemplo, associada por grande parte dos viajantes a herança mourisca de reclusão. A longínqua tradição islâmica de decoro era fator certamente menos significativo do que a imperiosa necessidade de legar os serviços externos aos escravos, apanágio de condição senhorial tanto quanto as aparatosas visitas a igrejas ou raros eventos sociais.*

*Tais excessos de distanciamento e cerimônia social, mediados por traços culturais de caráter material extremamente formalizados, foram interpretados como padrão de sociabilidade – ou de uma não sociabilidade – que caracterizaria as tradições comportamentais brasileiras.”* (MARINS, 2001. Pág. 30)

Porém, se por um lado os muxarabis, rótulas e gelosias, funcionavam como um delimitador entre as esferas – feminina e masculina, da casa e da rua – também

funcionavam, por outro lado, como sugere Paulo Marins, como intermediador entres os mundos opostos mas que são complementares:

*“Casa e rua, termos reveladoramente utilizados no singular, foram espaços interpretados como opostos, sendo a casa aquele destinado à reserva e ordem estável e a rua aquela afeita ao distúrbio, à desordem, à violência. Transposição bastante evidente de uma mesma ordem binária e simplificadora – aquela entre casa-grande e senzala – para o meio urbano, casa e rua assim interpretados foram conceitos que mais esconderam do que revelaram as peculiaridades e dinâmicas que caracterizariam as relações sociais existentes nas muito diferentes cidades brasileiras. (...) nesse sentido, figuram com enorme destaque nessas interpretações tradicionais das cidades brasileiras – e como elementos constitutivos de tal dissenção espacial – as rótulas que guarneciam portas e janelas das residências urbanas, muito comuns nas cidades brasileiras até a primeira metade do século XIX.” (MARINS, 2001. Pág. 30)*

Mas o autor enxerga esses elementos arquitetônicos:

*“não como algo que cindia espaços, dimensões e sociabilidades, mas que, a contrário da interpretação tradicional, servia à sua união. Em sociedades urbanas atravessadas pela herança do cerimonial aristocrático português, radicalizado pela escravidão peculiar ao espaço brasileira e pelo temor da decadência advinda das constantes oscilações econômicas, deve-se compreender o permanente uso das rótulas e balcões vazados como uma prática que viabiliza a comunicação e sociabilidade, sem que os espaços associados à condição senhorial fossem formalmente transpostos. Casas e ruas continuavam-se pelas frestas que constituíam as grades de madeira, cifrando olhares e palavras, sem que o apanágio de distinção social e espacial – de existência indiscutível – fosse formalmente rompido, relação essa em tudo semelhante àquelas que se davam nos confessionários, que também fazia comunicar confessor e confessante.*

*(...) A intensa interação social constitutiva das redes de solidariedade – a mais que óbvia necessidade de comunicação, de diálogo – atravessava portas e janelas, tanto quanto os quintais, sem que a suspeita da promiscuidade ou a terrível perda da condição senhorial pudesse ser constatada. (MARINS, 2001. Pág. 33)*

Neste momento, acerca da dualidade “casa e rua”, Marins dialoga com Roberto DaMatta, um dos primeiros a analisar a dualidade “casa e rua” do ponto-de-vista da sociologia no contexto brasileiro. Assim, DaMatta expõe como ele enxerga o caráter simbólico dessas duas esferas na sociedade brasileira:

*“E onde, como vimos, casa e rua são mais que locais físicos. São também espaços de onde se pode julgar, classificar, medir, avaliar e decidir sobre ações, pessoas, relações e imoralidades. Compensando-se mutuamente e sendo ambas complementadas pelo espaço do “outro mundo”, onde residem deuses e espíritos, casa e rua formam os espaços básicos através dos quais circulamos na nossa sociabilidade. Sobretudo porque o que falta na rua existe em abundância na casa. E ainda porque eles*

*não podem ser confundidos sob pena de grandes confusões e desordens*". (DAMATTA, 1986. Pág. 24)

É mediando esses dois mundos diametralmente opostos mas complementares que os muxarabis, rótulas e gelosias desempenhavam, além das suas funções práticas e de composição, funções de socialização. Eles são capazes de, ao estarem na liminaridade entre a casa e a rua, o privado e o público, intermediar o diálogo entre essas duas esferas, cambaleando entre o esconder e o mostrar o interior e o exterior. Se quando escondem, as gelosias enrijecem os papéis sociais ao impedir a comunicação entre duas esferas diferentes, quando mostram dissimuladamente, permitem o diálogo entre os dois mundos sem, no entanto, diluí-los em um só, sem descaracterizá-los e afrouxar a coesa estrutura social do Brasil colônia e império.

Assim, se num primeiro momento, a dama pura se esconde atrás das gelosias e o galanteador da rua pouco sabe de sua amada, é por reafirmar os papéis sociais formais que as gelosias também permitem alterações e pequenas desordens na dramatização social: a dama transforma-se em ousada ao sinalizar um interesse dissimulado e o galanteador é correspondido. Desta forma, dá-se a socialização num Brasil demarcado multipartido.

Muxarabis, rótulas e gelosias são liminares pois constituem o limite da casa e estão ponto de passagem entre dois locais físicos e duas esferas sociais complementares. São também liminares porque, como nos ritos de passagens, são um palco de apresentação dos indivíduos depois de reclusos em sua privacidade à sociedade.

*"Como, então, tomar o limem e o paradoxal como negativos em sistemas relacionais, como o Brasil, uma sociedade feita de espaços múltiplos, na qual uma verdadeira institucionalização do intermediário como um modo fundamental e ainda incompreendido de sociabilidade é um fato social corriqueiro? Como ter horror ao intermediário e ao misturado, se pontos críticos de nossa sociabilidade são constituídos por tipos liminares como o mulato, o cafuzo e o mameluco (no nosso sistema de classificação racial); o despachante (no sistema burocrático); a(o) amante (no sistema amoroso); o(a) santo(a), o orixá, o "espírito" e o purgatório (no sistema religioso); a reza, o pedido, a cantada, a música popular, a serenata (no sistema de mediação que permeia o cotidiano); a varanda, o quintal, a praça, o adro e a praia (no sistema espacial); o "jeitinho", o "sabe com quem está falando?" e o "pistolão" (nos modos de lidar com o conflito engendrado pelo encontro de leis impessoais com o prestígio e o poder pessoal); a feijoada, a peixada e o cozido, comidas rigorosamente intermediárias (entre o sólido e o líquido) no sistema culinário; a bolina e a "sacanagem" (no sistema sexual). Isso para não falar das celebridades inter, trans, homo ou pansexuais, que, entre nós, não são objeto de horror ou abominação (como ocorre nos Estados Unidos),*

*mas de desejo, curiosidade, fascinação e admiração*". (negrito meu) (DAMATTA, 2000. Pág.14)

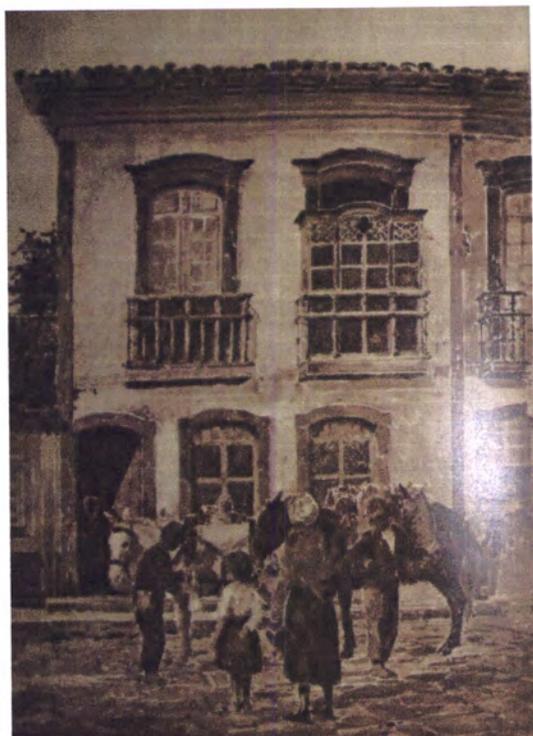
Os muxarabis, rótulas e gelosias seriam, assim, espaço e instrumentos privilegiados, ainda mais que a varanda aberta, da liminaridade social brasileira e de outros eventos sociais liminares como o Carnaval e os ritos públicos por serem espaços para se ver e ser visto (quando quiser) e de participar das festas sociais. Para concluir o capítulo, tais elementos, mais que contributos arquitetônicos, eram também elementos de socialização entre os brasileiros dos séculos XVIII e XIX, mas que ainda talvez sejam, mesmo que de forma pictórica, nos poucos exemplares que restam em Olinda, Diamantina, Goiás Velho, Parati e Quiçá algures ainda não academicamente identificado.



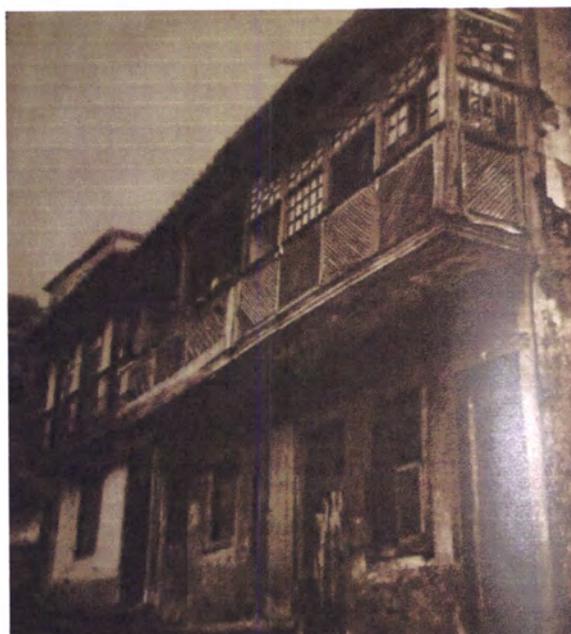
Fotografia do último Muxarabi do Rio de Janeiro retirado nos anos 1920.



Últimas sacadas de madeira de São Paulo. Rua do Carmo.



**Ilustração da antiga casa do Inconfidente Cláudio Manoel da Costa em Mariana**



**Último exemplo de Muxarabi em Ouro Preto**



Pintura à Óleo de Jean-Batiste Debret datada do início



Maria Graham, Viagem pelo Brasil. 1812



Pintura à Óleo de Jean-Batiste Debret datada do início do século XIX



**Ilustrações mostrando  
o Contato entre a Dama e o Rapaz**



*Goais Velho, GO*

Alguns exemplares  
sobreviventes brasileiros



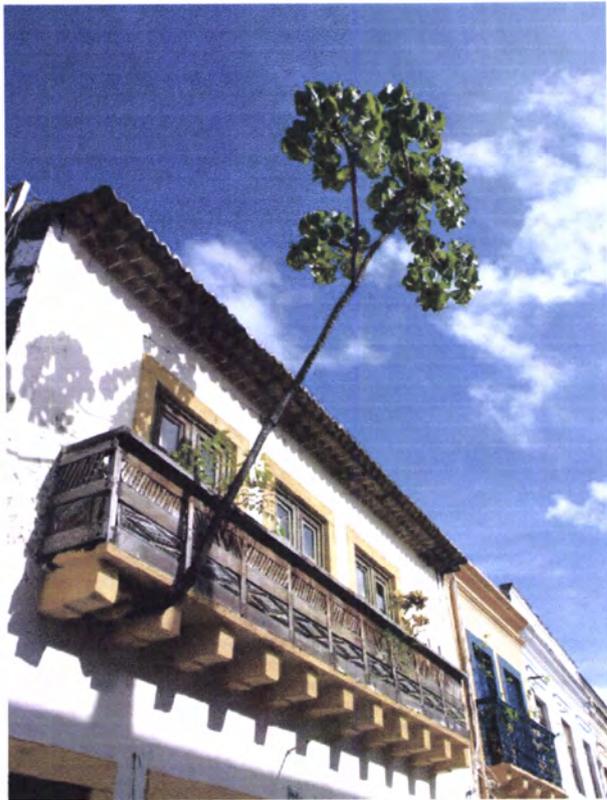
**Beco da Tecla, Diamantina, MG.**



**Parati, RJ.**



Sobrados com Muxarabis  
em Olinda, PE.  
Fotos: Junancy Wanderley



## 2.1 Os Muxarabis Latino-americanos

Se no Brasil os muxarabis foram brutalmente eliminados, nos outros países da América Latina eles gozaram de outra sorte. Também presentes em prédios oficiais, os muxarabis da América Espanhola tiveram, e ainda têm, uma grande notoriedade na arquitetura desses países. Eles sobreviveram ao longo dos séculos até os dias de hoje e alguns se expressam sob novos estilos e apropriam-se de novos materiais, entre eles o vidro, mostrando a plasticidade desses elementos de fundo mourisco.

*“Os mais sumptuosos muxarabis da América Espanhola puderam conjuntamente com o edifício que os hospeda, ser preservados até os nossos dias, em estado de perfeita integridade. O solar que foi dos Marqueses de Torre-Tagle, nas lendária Plaza Mayor de El Cusco, é hoje sede do Ministerio das Relações Exteriores da República do Peru. O prestígio do venerando monumento arquitetônico é de tal sorte, que o palácio do Arcebispo de Lima construído recentemente na mesma praça, nelle se inspirou de modo impressionante, repetindo na esplêndida fachada, os sumptuosos “muxarabis” do solar oitocentista dos Marqueses de Torre-Tagle.”* (MARIANO FILHO. 1943. Pág 31)

Dentre muxarabis do Peru, os mais exemplares eram os *balcones cerrados* de “cajón”, ou seja, balcões cujos ornamentos e almofadas aparenta-se com gaveta.

As origens dos balcones peruanos advêm, tal como no Brasil, da sua metrópole, a Espanha. Mas se a presença dos muxarabis na Espanha e em Portugal entrou em declínio já no século XVI, seguiu-se produzindo o melhor da arquitetura de fundo mourisco na América, durante os séculos XVI, XVII, XVIII e início do XIX já que lá puderam florescer e conservar-se graças ao menor controle das autoridades e isolamento que a América Latina viveu durante todo o período colonial. Durante o vice-reinado, o Peru e os demais países da América Espanhola.

A exceção latino-americana, como será discutida ao longo da tese, será o Brasil cujo controle das autoridades intensificou-se depois da Chegada da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro.

Tal como apontou Mariano Filho e foi discutido na primeira seção deste capítulo, María Dolores Crespo Rodríguez também aponta que possivelmente os elementos exteriores mais característicos das “vivendas” limenhas foram os balcões e estes proporcionavam à capital peruana uma fisionomia peculiar. Eles foram feitos de formas diversas: eram retangulares, de “cajón”, sextavados, oitavados, centralizados.

Como no Brasil, os muxarabis limenhos chamaram a atenção dos cronistas da época e dos viajantes devido a sua singularidade e onipresença.

O contemporâneo Cobo dizia, no início do século XVII, que estes “curiosos balcones de madera (...) muy costosos, y todos de gran recreación, em especial los de las esquinas, porque como las calles son derechas, se descubren desde cada esquina las dos calles que cruzan hasta el cabo de la ciudad (...), no hay casa de mediana estofa que deje de tener alguno, y las principales, muchos”. (COBO, 1976. Pág. 308 *apud* RODRIGEZ , 2005. Pág. 115)

Os muxarabis cerrados tornaram-se obsoletos na Espanha continental, tal como em Portugal, devido aos editais que obrigavam a retirada dos balcões a fim de “melhorar a ventilação das ruas”. Já desde o século XVI, os “reis católicos” Fernando e Isabel de Castela já havia mandar derrubar os balcões por todo território espanhol. Posteriormente, Carlos V e Felipe II continuaram a proibir a construção dos balcões e ordenando que se retirassem os já construídos com o fim de melhorar o aspecto das ruas espanholas.

Assim, as cidades espanholas começaram a eliminar os balcões das suas vivendas: Granada com o decreto em 1532, Córdoba e Toledo em 1550 e mais tarde Sevilha em 1576, porém, como de praxe, os decretos não foram totalmente cumpridos pois existem relatos da existência dos balcões anos posteriores a data dos decreto. (RODRIGEZ , 2005. Pág. 116)

Já nas Ilhas Canarias, mais distante dos ditames dos reis, os balcões cerrados persistiram por mais tempo e foram dessas ilhas que se transmitiu para o Peru o modo de fazer dos muxarabis.

*“Em Canarias persistieron por más tiempo y de aquí parece que pasaron a las tierras americanas. Em Perú, especialmente em su capital, la presencia de estos balcones fue más acusada, destacando por su calidad y cantidad”.* (RODRIGEZ , 2005. Pág. 121).

Assim, os balcões de gelosias canários teriam uma origem direta com os mashrabiyya norte-africanos diante a sua proximidade com a região, exercendo as mesmas funções do parente africano. Além dos *balcones de cajón* também eram comuns os balcões abertos e mais simples. As gelosias das janelas e portas eram feitas

de carvalho, cedro e às vezes combinava-se diferentes tipos de madeira.

Diferentemente do Brasil, a arquitetura civil no Peru começou desde o século XVI e com ela já se fazia o uso dos muxarabis. De tão disseminado que era o uso dos balcões cerrados eles, em conjunto, criava-se a sensação da existência de “calles em el aire”. Os muxarabis eram construídos, tal como no Brasil, para proporcionar um espaço de tranquilidade e privacidade diante da agitação das ruas e ventilarem e controlar a luminosidade externa através de suas gelosias.

Outra importante diferença para o Brasil e que os similares peruanos nunca foram proibidos da mesma forma como foram no Brasil, apesar dos contínuos tremores de terra que, como diziam os decretos lisboetas, eram o motivos para que Pombal determinasse a sua eliminação. A isso, juntasse o preponderante fator que a América Espanhola não sofreu as mesmas pressões das potências industrializadas, e de mesma intensidade, como sofreu o Brasil durante o período da eliminação dos Muxarabis, Rótulas e Gelosias. Como veremos no quinto capítulo, o Brasil e sua antiga metrópole - Portugal – estavam totalmente sob o jugo dos interesses ingleses.

Mas, tal como no Brasil, os balcões não foram unânimes no gosto popular mas diferentemente do caso tupiniquim, eles puderam resistir às proibições e adotar vidros no lugar de Gelosias, caso este fosse o caso, demonstrando a sua perfeita plasticidade de se adaptar a novos materiais.

*“hubo defensores y detractores. Para Manuel Atanasio Fuentes eran “palomares, (...) monumentos de mal gusto de nuestro antepasados”. Sin embargo, para Max Radiguet venían a ser una especie de armario esculpidos em las paredes. Balcones que aceptaron los cambios del siglo XIX, introduciéndose el cristal em lugar de las celosías”.* (HARTH-TERRÉ. Pág 36 in RODRIGEZ , 2005. Pág. 124)

Ainda Harth-Terré diz que, mesmo sendo os balcões limenhos proibidos em 1872 por uma Ordenanza Municipal, eles continuaram sendo feitos até 1900 e, reiterando-se uma nova proibição em 1908, ela também não foi cumprida. Assim, o projeto de restauração do edifício Arcebispo em 1919 introduziu balcões em sua fachada inspirados na Torre Tagle.

Para concluir, os países da América Latina puderam preservar a sua arquitetura tradicional diferentemente do Brasil, já que o poder econômico estrangeiro nunca esteve tão próximo. Os outros países latino-americanos não sofreram os mandos e desmandos da Inglaterra como sofreu o Brasil.

Hoje, o centro histórico de Lima é Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade onde se encontram inúmeros exemplares de Muxarabis. Dominantes no centro Histórico de Lima, hoje eles desfrutam de uma grande notoriedade local e dos cuidados dos limenhos: há um programa não governamental de “adoção” dos “Balcones de Cajón” por cidadãos dispostos a preservarem e protegê-los.

*“Entre los años 1996 y 1998 la Municipalidad Metropolitana de Lima promovió un singular programa, dentro del Plan de Recuperación del Centro histórico de Lima, para recuperar y devolver a su estado original estos valiosos componentes de la escena urbana. Este programa consistió en invitar a diversas instituciones públicas y privadas a "adoptar" un balcón, de modo que asuman la inversión que significaría su restauración. El monto global de la inversión llegó en dicho período a los 800.000 dólares”. (BEINGOLEA. 1998. Pág. 46.)*



**Muxarabis tradicionais em Lima, Peru**



Exemplos de Muxarabis populares em Lima, Peru





Exemplos de Muxarabis "modernos" em Lima

### 3. As Mudanças do Final do Século XVIII e Início do XIX no Mundo

Enquanto isso, de volta a distante e remota Europa, o velho continente estava passando por tempos agitados. Revoluções surgiam a todo o momento, revoluções econômicas, políticas e culturais. É no terceiro quartel do século XVIII que toma lugar as assim chamadas Revoluções Industrial e Francesa. Da Europa, os ideais revolucionários franceses se espalharam pela América antes mesmo de tornar real na França.

Em 1776, com o apoio militar francês, a colônia inglesa da América do Norte declara independência frente a metrópole. Os mesmos ideias revolucionários de independência e liberdade, rumo ao sul e se difunde por todo continente.

Ao mesmo tempo, o gênio inventivo britânico desenvolve sistemas que tiram vantagem da energia do vapor para movimentar as engrenagens de suas máquinas. O homem agora se vê livre do seu próprio esforço para realizar trabalho. Barcos a vapor: independentes do humor dos ventos, teares a vapor: independentes da força humana, trens a vapor: independentes da tração animal; mudaram radicalmente a vida dos ingleses, em um primeiro momentos, e depois dos europeus do centro-norte, num segundo momento.

Os bens materiais tornaram-se mais rápidos de serem produzidos e comercializados. A Inglaterra torna-se a “fábrica do mundo” enxovalhando o mundo com seus produtos, úteis, fúteis e inúteis.

Também surgia um tipo que pensamento laico que, ao distanciar-se do pensamento religioso, volta à Racionalidade Clássica e desenvolve o método Empírico de abordagem da realidade. (Curiosamente foi através dos Mouros que os Cristãos recuperaram muito dos saberes Clássicos e que mais tarde se voltaria contra eles próprios).

A fuga das trevas barrocas, que é de onde se conota no termo 'Iluminismo', foi uma mudança drástica no modo de pensar do ocidente a partir do século XVII. Resgatando valores do Classicismo dos séculos XV e XVI, o Iluminismo valoriza a ciência, a racionalidade, o ser-humano como medida do Mundo: o antropocentrismo, em detrimento do pensamento religioso e teocêntrico.

### 3.1 A Modernidade e o Higienismo Urbanista

A Modernidade, ou no léxico anterior ao século XX, a “Civilização”, seria para Sigmund Freud, uns dos principais pensadores sobre esse período, marcada pela busca do trinômio Ordem, Limpeza e Beleza<sup>7</sup>. Quando Freud escreve *Das Unglück in der Kultur* e depois das *Unbehagen in der Kultur*, ele via a Modernidade como a própria Civilização.

*“Sabemos, agora, que a era da história da modernidade que o livro contava, ainda que o seu autor preferisse falar de Kultur ou civilização. Só a sociedade moderna pensou em si mesma como uma atividade da “cultura” ou da “civilização” e agiu sobre esse autoconhecimento com os resultados que Freud passou a estudar: a expressão “civilização moderna” é, por essa razão, um pleonasma”.* (BAUMAN, 2003. Pág. 7)

A Cultura passa a ser vista como a própria Civilização e esta como a Modernidade. Assim, ser civilizado é ser moderno. A cultura está para o civilizado assim como a natureza está para selvagem. Tudo que não fosse moderno, seria selvagem, mesmo que fosse produtos culturais seculares, como é o caso dos Muxarabis e Gelasias. E, só é moderno o que é atual nas nações centrais e industrializadas. Assim, só está adaptado ao tempo presente, à realidade, o que for atual e relativo às nações centrais.

Na tentativa de se adequar a “realidade” moderna, as nações periféricas, não modernas, teriam que buscar a Civilização e o Progresso, ou fugir da Selvageria e Atraso em que estavam submersos. Nessa relação dualística, Moderno X Atrasado, Civilizado X Selvagem, só se poderia ser uma coisa: moderno; qualquer outra existência seria de atraso e selvageria.

Este seria as regras da Modernidade e esta o *modus operandi* da Dominação Cultural pelas nações centrais industrializadas. A Modernidade seria uma meta a ser alcançada e que teria a capacidade de definir a quase tudo valorativamente. Quanto mais próximo da Modernidade melhor, mais civilizado e progredido, quanto mais distante, pior, mais selvagem e atrasado.

O sonho da pureza moderna realiza-se com a eliminação do que é considerado por ela como não harmonioso, aquilo que poluía, que está fora de lugar, que estragam o

---

7 Bauman, Sygmunt. O Mal-Estar na Pós-Modernidade. 2007.

quadro. Esta sociedade em busca de modernizar-se, não teria lugar para o *Outsider*, para o que estivesse fora do projeto em civilizar-se.

Assim, quase tudo passaria pelo inquérito da Modernidade: Artes, Ciências, Política. Diante da Modernidade, indivíduos, grupos, nações teriam uma tarefa de longo prazo que é construir uma identidade moderna. No caso estudado, os luso-brasileiros, brasileiros, a elite burguesa e cortesã e por fim, o Brasil, estariam dedicados a avançar na Modernidade, custe o que custar.

A criação de uma Nação estaria baseada em afirmações e negações identitárias que seguem por trilhos construídos pelo *modus pensante* vigente, que no caso estudado, é a Modernidade. A volatilidade de valores, do que passa a ser valorizado ou desvalorizado dentro de uma Cultura, é causada pelas mudanças de percepção da realidade, do *modus pensante*. O Brasil, que antes via os Muxarabis, Rótulas e Gelasias como natural, orgânico e funcional passou a ver, depois da chegada da Modernidade, selvagem, atrasado e insalubre.

Anthony Giddens, um dos maiores teóricos contemporâneos sobre a modernidade, sistematiza-a como sendo o período aberto às transformações, às intervenções humanas aliadas à nova tecnologia dominante: a Tecnologia Industrial.

*“De uma maneira simples, modernidade é uma redução para se denominar a sociedade moderna ou a civilização industrial. De uma maneira mais detalhada, ela é associada com (1) um certo conjunto de atitudes perante o mundo, a ideia de um mundo aberto à transformação pela intervenção humana; (2) um complexo de instituições econômicas, especialmente a produção industrial e a economia de mercado; (3) um certo tipo de instituições políticas, incluindo o estado nacional e a democracia de massa. A grosso modo, ela é o resultado dessas características, a modernidade é muito mais dinâmica do que qualquer outro tipo de ordem social anterior. A modernidade é uma sociedade – ou mais tecnicamente, um complexo de instituições – que diferentemente de qualquer uma de suas antecessoras, vive no futuro e não no passado.”* (GIDDENS. 1998. Pág. 94)

Assim, essa sociedade moderna é mais dinâmica que qualquer outra anterior, que tem como líderes a Inglaterra e a França durante os cem primeiros anos da era industrial, olha para si mesma como a própria e única forma de civilização, esquecendo todas as outras contemporâneas e passadas. A Modernidade olha para o futuro e para as transformações que ela se imagina capaz de fazer diante força da industrialização que agora domina.

O resto do mundo seria mais uma vez um objeto para se explorar, mas dessa

vez, diante da brutal força que a industrialização confere às potências, elas teriam o poder de penetrar e dominar muito mais e de forma mais profunda. Assim, de uma forma ou de outra, as nações periféricas estariam em um constante processo de eliminação e negação de aspectos culturais originais e importação de aspectos culturais das nações centrais.

Estandarizar para produzir mais. Estandarizar para controlar. Estandarizar para vender mais. No mundo Moderno, só existiria uma forma certa e todas as outras estariam erradas. Quem pode dominar deve dominar tudo. O mundo cada vez mais interligado com o avanço dos meios de transporte dá a chance para que uma potência não domine apenas algumas nações mas que tente dominar todo o mundo. Foi o que tentou a França napoleônica e a Inglaterra industrializada. Assim, estas superpotências tentar e conseguiram, em certos níveis, estandarizar o resto do mundo às suas próprias imagens. Todo o resto do mundo passou a ser ou a imagem inglesa ou francesa ou ambas. É nesse momento de hegemonias que algumas formas de existência conseguiram dominar e/ou eliminar as outras.

A Modernidade no caso das nações “periféricas”, como é o caso do Brasil, reveste-se como um instrumento na luta contra o passado, irracional, feio, sujo, o não-moderno, mas na realidade seria mais um instrumento de domínio, desta vez econômico, que visa aniquilar o outro, ou seja, a sua originalidade, sua naturalidade, o que seria próprio, identitário dele, e neste caso, próprio do Brasil, tudo que estivesse atravancando o lucro.

Diferentemente de como foi nas nações centrais, a Modernidade nas nações “periféricas” não seria apenas uma etapa na História Nacional mas uma nova forma de ser, uma teoria identitária.

Obviamente os processos de difusão e absorção culturais são complexos e permitem infinitas variáveis durante a sua elaboração. A Modernidade dialoga com as características não-modernas brasileiras mas esse diálogo é um diálogo desequilibrado onde o Moderno, quando não conciliável com não-moderno local, aniquilá-lo invariavelmente.

A Modernidade, por mais que foi e ainda seja pensada como um conjunto de teorias racionais, produtivas e universais é, e nunca deixará de ser, um modo de pensar circunscrito local e temporariamente, o Ocidente Industrializado até, em certas medidas e para certos teóricos, os dias de hoje. Um aspecto da Modernidade reinante do século

XIX é o pensamento cientificista, medicalizante e Higienista aplicados ao Urbanismo.

*“Esta linguagem está presente nos mais antigos trabalhos e teorias sobre o espaço urbano. O espanhol Ildefonso Cerda, considerado o primeiro teórico do urbanismo, em 1859, na Teoria General de la Urbanisation, serve-se de uma abordagem biológica e de uma metodologia própria dos seres vivos, recorrendo à Anatomia e à Fisiologia, com o objetivo de “cientifizar” sua teoria. Para a filósofa francesa Françoise Choay (1985), a redução do urbano ao biológico visa à “medicalização” da cidade doente. O “desfuncionamento” do espaço é o sintoma mais visível da doença social. Diante deste quadro clínico, Cerda elabora uma crítica corretiva, característica da utopia urbana. Opondo-se à imagem negativa da cidade doente, elabora uma imagem positiva da cidade, sadia e adaptada, dentro da norma médica e do ideal utópico”.* (COSTA, 2002. Pág. 62)

Assim, o pensar a cidade como se pensa sobre um organismo de maneira cientificista e medicalizante, a fim de se eliminar as patologias, contribuiu para que muitas reformas urbanísticas fossem realizadas durante o século XIX, como é o caso de Paris sob o comando do Barão Haussmann entre os anos 1853 e 1869. O modelo parisiense exerceu grande influência não só nas cidades europeias como também nas cidades da América Latina. Uma profusão de avenidas Neoclássicas e Ecléticas surgem nos maiores centros urbanos do Brasil cortando a cidade em retas avenidas, demolindo morros e casas tradicionais como se operasse com um bisturi um corpo doente.

Neste momento, encantados com os poderes das novas ciências naturais, a intelectualidade europeia, e depois a Brasileira, como a pensar a cidade em categorias biológicas. É também o período do Eugenismo, do Positivismo e do Darwinismo Social que imaginaram-se capazes de entender a realidade social reduzindo-a a um organismo.

Carlos Kessel em *A Vitrine e o Espelho* observa que:

*“a partir do século XVIII, como uma das fontes para as reflexões sobre a cidade que se apropriam de conceitos médicos como “normal” e “patológico”. O quadro semântico e a abordagem terapêutica serão fonte comum na qual diversas disciplinas ligações ganham um interesse especial quando tratamos do processo de crescimento urbano do Rio de Janeiro, já que é cristalino o paralelo abordado em inúmeros estudos entre a instauração da hegemonia da mentalidade médico-civilizatória e a aceleração da organização espacial determinada pelas ações do Estado”.* ( KESSEL, 2001)

Assim, Higienismo Urbanista é consequência de uma *modus pensante* geral, amplo, chamado Modernidade. Mas ainda, por trás do pensamento Iluminista,

Higienista e Moderno está um outro modo de pensar, ainda mais geral, amplo e profundo que os citados: o Capitalismo. Como pontuo ao longo da dissertação, foi a forma do Capitalismo Industrial o fator determinante na alteração de muitos aspectos arquitetônicos, como a massificação do vidro e do ferro fundido e, indiretamente, a eliminação dos Muxarabis, Rótulas e Gelasias.

## **4. O Reflexo das Mudanças no Brasil**

### **4.1 A Ida da Corte ao Rio de Janeiro e a Intendência de Polícia**

Simetricamente oposta à despedida da Corte em Lisboa foi a recepção dela no Rio. Ao invés de choros, desespero, medo, tristeza, a chegada da Família Real ao Brasil foi, como era de se esperar, motivo de exaltação, alegria, contentamento e curiosidade públicos elevados ao extremo. Ainda é incerto o tamanho da Corte e dos agregados que chegaram ao Rio de Janeiro. O número dos emigrados variam de 20.000 (número encontrado em autores como Luiz Edmundo e Oliveira Lima) para 500 pessoas (total a que chega Nireu Cavalcanti). (GOMES. 2008. Pág. 35).

Esta obedecendo tão cegamente os instintos de autopreservação e negando o instinto maternal para com os cidadãos, fato raro até mesmo na História Política, embarcou com a ajuda da marinha britânica, levando tudo o que tinha e o que não tinha para a Colônia do Brasil. Quase todas as joias, criadagem, móveis e inesperadamente livros. Esse mesmo material cultural em linguagem escrita e impressa tinha sido proibido de se fabricar no Brasil e que mais tarde foi o acervo inicial da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

No meio de joias e criados, a Modernidade chega simbolicamente ao Brasil com a Corte Portuguesa sob a forma de um Projeto Civilizacional direcionado à nova sede do Reino de Portugal, Brasil e Algarves. O Rio de Janeiro, cuja espontaneidade urbanística e arquitetônica dos tempos coloniais conferia-lhe ares “orientais” que conflitariam com o desejo de transformar essa nova capital de um Reino europeu, pelo menos o seu centro político, social e econômico, em uma Capital civilizada, moderna e europeia. Mas a principal “bagagem” trazida com a Corte foi a herança de dependência em relação à Inglaterra.

Chegando à Capital Rio de Janeiro, o que a corte encontrou foi uma cidade pequena e acanhada mas que tinha feito tudo o que fosse possível para impressionar da melhor forma a Corte Portuguesa e adaptar-se a nova condição de Capital do Reino de Portugal, Brasil e Algarves.

Obviamente, o Brasil, e o próprio Rio de Janeiro, desenvolveram-se em grande parte sob os modelos portugueses e europeus. Mais do que uma cidade “oriental”, o Rio era uma cidade portuguesa.

A ida, ou fuga, da Corte Portuguesa para o Brasil é o marco simbólico da

chegada da Modernidade ao Brasil. Esse evento foi, sem dúvida alguma, um enorme catalisador do processo de “modernização” brasileira eliminar os Muxarabis da Arquitetura Brasileira.

De acordo com a Planta da Cidade do Rio de Janeiro de 1808, mandada levantar pelo Príncipe Regente e editada em 1812, a cidade possuía então apenas 49 ruas, 4 travessas, 5 becos e 7 campos ou largos. Com a chegada da família real portuguesa o Rio de Janeiro teve que adaptar-se a sua função de corte, tornando-se uma cidade mais civilizada, de acordo com a ideologia do século XIX.

O Rio de Janeiro é forjado de tal sorte que possibilita, como em outras cidades-capitais, tornar-se picadeiro para a performance do poder. Como locus propício a construção de um imaginário direcionado a ordem político-social, que era determinada pelo desejo do soberano e do governo.

O Aqueduto da Carioca, vários chafarizes, certos prédios governamentais (como o Paço dos Governadores) e a urbanização do Largo do Paço são alguns exemplos das intensas modificações urbanas realizadas para a chegada da Corte Portuguesa. As missões da Intendência de Polícia foram balizadas por esta recente função da cidade carioca.

Maria Beatriz Nizza da Silva (1986) lista os deveres e incumbências que teriam Intendência da Polícia da Corte e Estado do Brasil. Inspirada na Intendência de Polícia de Lisboa e no *Traité de la Police* de Nicolas de La Mare, a Intendência Carioca estaria ao cargo de fazer:

*“a polícia política; a segurança pública; o controle de espetáculos e de festejos populares; o fichamento dos moradores da cidade; a informação sobre a conduta; a interferência em conflitos conjugais e familiares; o recolhimento de mulheres em conventos; a elaboração de devassas e sumários; a perseguição a marinheiros desertores; a colaboração com o recrutamento de homens para o trabalho nas obras públicas; a urbanização da cidade do Rio de Janeiro; o auxílio aos ministros de Estado; a preocupação com o aumento da população; e a matrícula de estrangeiros”.* (SILVA, 1986. Págs. 187 – 204).

## 4.2 A Abertura dos Portos às Nações Amigas

Na ânsia de lucrar com a venda de produtos “modernos”, cuja oferta ultrapassava a demanda interna, as nações centrais, industrializadas, procuraram outros mercados para suas modernidades, o Brasil seria um oásis em tempos napoleônicos. Impedida de comercializar com a Europa continental, a Inglaterra só tinha um refúgio europeu, que era Portugal, nação exceção do Bloqueio Continental napoleônico. Mas em 1807, com a invasão de Portugal pelas tropas franco-espanholas, a Inglaterra viu-se ainda mais isolada no contexto europeu mas em compensação, tinha agora um grande novo mercado para seus produtos industrializados.

Diante da fragilidade da Corte Portuguesa, exilada de seu próprio país e sob a tutela da marinha de um país estrangeiro, a Inglaterra, D. João VI não tinha força para negociar nenhum acordo que não fosse de interesse dos ingleses, afinal, se não fosse por ela, a família real de Bragança seria destituída.

Com a Abertura dos Portos e falta de destino para os bens industrializados, a Inglaterra chega ao cúmulo de exportar para o Brasil equipamentos para patinação de gelo e grossos casacos de lã para o frio da Europa setentrional.

*“Se Dom João optasse pela primeira escolha e se curvasse às exigências de Napoleão, a Inglaterra repetiria em Portugal o que já havia feito, meses antes, na também relutante Dinamarca. Na manhã de 12 de setembro de 1807, os habitantes de Copenhague, a capital dinamarquesa, acordaram sob uma barragem de fogo despejada pelos canhões dos navios britânicos ancorados diante do seu porto. O bombardeio durou quatro dias e quatro noites. Ao final, 2000 pessoas estavam mortas. No dia 7, Copenhague capitulou. Os ingleses se apoderaram de todos os navios, materiais e munições, deixando a cidade sem defesas”.* (GOMES. 2007. Pág. 12)

Mas, na circunstância em que estava Portugal, os desobedecer a marinha inglesa poderia ser muito pior que o acontecido na capital da Dinamarca. Os ingleses poderiam além de bombardear Lisboa, apossar da frota lusa e tomar todas as colônias portuguesas.

É diante desse poderoso aliado, mas que poderia tornar-se o carrasco de Portugal que este, como forma de “agradecimento” abre os portos de sua maior e mais rica colônia, que antes tinha relações de exclusividade, para a “nação amiga”.

Segundos dados oferecidos por Laurindo Gomes em seu livro 1808, a produção

de bens econômicos dobrou na Inglaterra durante o século XVIII, entre 1712 e 1792, o volume dos portos de Londres triplicou, todos os dias, entre 2000 e 3000 navios mercantes aportavam ou partiam do Tâmis. Já no início do século XIX, entre 1800 e 1830, depois do primeiro surto de industrialização no território inglês, os portos de Liverpool que importavam 1800 5 milhões de libras passou a importar em 1830 220 milhões, a fim de abastecer o colosso da indústria têxtil da vizinha região de Manchester.

No mesmo período, a Marinha Real Britânica dispunha de 880 navios de guerra. Para se ter noção de escala, a marinha norte-americana possuía 6. A Senhora dos Mares não tinha essa denominação por acaso, desde a invasão de Guilherme de Orange, a Grã-Bretanha nunca mais tinha sido invadida. A Marinha Inglesa, depois da triunfal vitória sobre a Esquadra Espanhola, consolidou o seu domínio dos mares conhecidos, imperando sobre eles e subjugando as terras por eles circundadas. Os seus domínios se estendiam pelos quatro cantos do mundo, da Oceania, à China, Índia, boa parte do Continente Africano até a América do Norte. Sobre o resto do mundo, se não tinha um domínio formal, os ingleses dominavam indiretamente e eram os quem mais lucravam com as colônias dos outros.

Assim, Portugal, entre outras metrópoles decadentes economicamente e militarmente como a Espanha, estariam em uma situação dúbia já que ao mesmo tempo em que dominavam e exploravam eram também dominados e explorados. Os domínios ultra marítimos dos países Ibéricos foram paulatinamente sendo explorados pela burguesia industrial inglesa apoiada pela Marinha Real Britânica.

Assim, tanto o pequeno e já decadente Portugal e a sua principal colônia, o Brasil, fazendo coro ao ditado “se não se pode com eles, junte-se a eles”, não tinham outra escolha a fazer a não ser alinhar-se ao crescente império britânico frente a ameaça napoleônica e Portugal já tinha uma longa história de alianças com a Inglaterra que foi naturalmente herdada pelo Brasil e perdurou-se por bastante tempo. Essa herança teve como ponto inicial a Chegada da Corte ao Brasil já que esta, protegida pela poderosa Marinha Britânica, foi forçada a agradecer-la antes mesmo de chegar a futura capital do Reino de Portugal, Brasil e Algarves.

Quando a esquadra fez a sua primeira parada em Salvador, após a longa e temerosa travessia do Atlântico, o príncipe regente Dom João VI promulgou a carta

régia decretando a Abertura dos Portos às Nações Amigas em 28 de Janeiro de 1808, somente quatro dias após sua chegada em terras soteropolitanas. Esse decreto foi a primeira Carta Régia promulgada no Brasil, o que explicita ainda mais a subjugação do príncipe regente frente aos interesses ingleses.

Se, por um lado, Portugal e Inglaterra tinham assinado o primeiro acordo entre nações da História ocidental, o decreto de Abertura dos Portos foi também o primeiro acordo do mundo industrializado, pós-Revolução Industrial. A Carta Régia estabelecia uma taxa de 24% sobre o valor dos produtos importado, tanto ingleses quanto portugueses, o que ia claramente contra os interesses dos exportadores e importadores lusos no Brasil. (GOMES. 2007. Pág. 82)

Os subsequentes acordos favoreceriam ainda mais a indústria britânica: em 1810, a taxa alfandegária para os produtos ingleses decresceu ainda mais para 15% do valor e, como se não bastasse, era 1% inferior a taxa cobrada aos produtos portugueses. Assim, estava concretizado o papel do regente e a situação do Brasil e de Portugal frente à Inglaterra: Dom João VI, ao invés de garantir os interesses do seu povo, o português, garantia a fome de lucro dos ingleses e tanto Portugal e Brasil tinham se tornado as primeiras vítimas do nascente mas porém já poderoso imperialismo britânico.

Pelo mesmo tratado de 1810, os ingleses poderiam entrar e sair do Brasil livremente, fixar residência e possuir propriedades e, segundo o Artigo n. 10 os ingleses residentes no Brasil seriam julgados por suas próprias leis e juízes. Eles também poderiam professar o Anglicismo em um país oficialmente católico, o que elevou os ânimos da Igreja Católica no Brasil até que, Dom Lourenço Caleppi, núncio apostólico da capital Rio de Janeiro, ameaçou excomungar o príncipe regente caso este aceitasse as exigências dos ingleses. Dom João VI aceitou e não foi excomungado.

As regalias aos ingleses não acabavam por aí: a eles eram permitidos cortar a madeira das florestas para construir seus navios de guerra e quaisquer portos dos domínios portugueses tinham acesso irrestrito pelas embarcações britânicas, mesmo em tempo de guerra. "Esses benefícios eram tão grandes essenciais que sem eles os portugueses deixariam de ser até uma nação", escreveu Alan Manchester.

O acordo promulgado por Dom João VI, que favorecia absurdamente a Inglaterra, ainda tinha a qualidade de ser perpétuo e imutável assim, quando Dom Pedro I do Brasil, IV de Portugal, proclamou a Independência em 1822 e foi buscar reconhecimento inglês, este obrigou o Brasil Independente a ratificar todas as

obrigações e condições do tratado de 1810, recebendo de Portugal, a ex-metrópole, a herança da dominação inglesa, agora a nova “metrópole” brasileira.

*“Para Maurício Rocha Carvalho, o Brasil deixa efetivamente de ser colônia portuguesa já no momento em que se deu a abertura dos portos para a Inglaterra, país do qual o Brasil passa a ter uma total dependência econômica. A partir daí o país passou a ter acesso a produtos industrializados, constatando que poderia obter mais vantagens com o comércio direto do que através do antigo monopólio luso.” (CARVALHO, 1999).*

O Brasil deixa de ser dependente de Portugal e passa a ser dependente de outras nações industrializadas do ocidente. Esse processo histórico é chamado de Neocolonialismo e que, para muitos teóricos, perdura até hoje quando nações centrais dominariam as nações periféricas sob vários aspectos: a cultura, a política e a economia.

As consequências são óbvias: em 1808 somente 10% dos navios aportados no Rio de Janeiro eram estrangeiros, ou seja, não portugueses. Em 1810 o número dos navios estrangeiros nos portos da capital, na maioria ingleses, tinham multiplicado por 5, passando para 422 e no mesmo ano, tinha diminuído o número das embarcações portuguesas. Um ano após o decreto de Abertura dos Portos, já existiam mais de 100 empresas comerciais britânicas funcionando no Brasil, as importações dos produtos ingleses era 3 vezes maior em valor do que o Brasil exportava para a Inglaterra já que esta conseguia exportar para o mercado brasileiro 25% a mais que exportava para toda a Ásia, 80% do que exportava para a América do Sul e metade do que vendia para os Estados Unidos. (GOMES. 2007. Pág. 83)

Isso demonstra, acima de tudo, a capacidade que a Inglaterra teve em encontrar um mercado para seus produtos industrializados usando a sua força militar. O Brasil colônia e independente do século XIX, impotente diante do poderio da marinha inglesa, teve que aceitar o que fosse do interesse dos ingleses mesmo que estes fossem contrários aos seus próprios.

Desta forma, não só o Brasil como toda a América-Latina recentemente independente sofreu, e ainda sofre, o domínio das nações ricas e fortes militarmente, subjugando os seus próprios interesses. E as nações dominadoras vão se sucedendo ou se juntando ao longo dos tempos: Inglaterra, França, Estado Unidos, novas nações industrializadas (Alemanha e Japão) e União Soviética; reforçando ano a ano a hierarquia entre as que dominam e as que são dominadas.

## 5. A Eliminação dos Muxarabis, Rótulas e Gelosias

### 5.1 Editais Pré-Intendência de Polícia

Foram vários os editais proibindo a construção de balcões ou limitando o seu avanço sobre rua. Eles já começam a ser produzidos a partir do século XV, em Portugal e que depois começaram a ser produzidos no Brasil depois do século XVII sendo o primeiro o edital de 1602 em Salvador. No caso das rótulas e gelosias, Lisboa foi a primeira cidade de Portugal a produzir um edital que proibisse esses elementos a partir do século XVIII. (MARINS, 2001. Pág. 45- 53) Assim, os Muxarabis, Rótulas e Gelosias já foram, antes mesmo da chega da Corte, perseguidos por meio de editais.

Em meio à desordem que imperavam nas cidades europeias e ainda mais nas latino-americanas, as atas das Câmaras Municipais começam a produzir editais que regulamentassem os espaços públicos. Vereadores estavam preocupados à cuidar da sujeira das casas e das ruas como também limitar e obrigar certos recursos arquitetônicos, como os elementos de fundo mourisco estudados. Assim, em já 1626, em Lisboa, é elaborado um edital defini claramente as novas normas de construção e dimensionamento das casas e de seus elementos:

*“nehuma pessoa abrisse alicerce emnehum edificio sem licença da Camara sob amesma pena [seis mil reais], [...] quenehuma pessoa em Cazas que faça, faça nenhun passadiço, nem varanda, nem sacada, que passe detres palmos sobre arua sob amesma pena.”* (sic) (MARINS, 2001. Pág. 43)

Novamente, em um Alvará de 15.6.1759, cento e trinta e três anos após, já sobre a Lisboa Pombalina, cuja standardização arquitetônica de reconstrução chegou às cantarias lavradas, aos poucos modelos de gradis, às vidraças, proibia que:

*“Prohibido da mesma sorte, que nas janellas das casas, situadas em Ruas, que tenham quarenta palmos de largo, e dahi para cima, haja rótulas, ou gelosias, que além de deturbarem o prospecto das Ruas, tem o perigo de se communicarem por ellas os incendios de huns a outros edificios: Eceptaunado-se sómente as lojas, e casas terreas, que se acharem no andar das Ruas, expostas á devassidão dos que por ellas passam. Alvará de 15.6.1759. Coleção da legislação portuguesa [...] redegida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, V. 1750-1762, p. 664. apud França. (sic)”* (MARINS, 2001 Pág. 86)

Nesse edital já se percebe a preocupação em retirar as gelosias e rótulas e, para

o seu lugar o vidro que, segunda a razão exposta, não comunicaria os incêndios de um prédio a outro.

Vinte e seis anos após, a Câmara de Salvador publica um edital em 1785 que regulamentos os abusos e exageros dos moradores em avançar as sacadas pela rua e limitam-na as dimensões de púlpito no primeiro andar:

*“Qualquer pessoa, que quizer mandar edificar nesta cidade, e fora das suas portas, qualquer edificio, o fará na forma seguinte: Do plano da rua athe o envigamento do primeiro sobrado terá de altura quinze palmos e meio, e para a cornija dous palmos e meio, e querendo fazer segundo andar ou sobrado, será com altura proporcionada conforme delinear o mestre de obras deste Senado. No primeiro andar não farão sacadas, mas sim janellas divididas de pulpitos, estas não sahirão fora mais de palmo, e quando muito palmo e meio com grades de ferro, ou de pau pintados, e sem postigos para sima; janellas do segundo andar serão de parapeito, não excendendo a altura destas quatro palmos;”* (MARINS, 2001. Pág. 91)

Antes mesmo dos editais obrigando a retirada das rótulas, estes estavam voltados à variação indígena das rótulas e gelosias: as Urupemas. Os editais obrigavam a retiradas de um artefato cujo uso nas habitações acabava *“fazendo-as parecer mais cabanas que casas de uma Capital”* nas palavras de Oliveira Vianna. Segundo Marins *“eram as memoráveis urupemas, anteparo de origem indígena constituído de tiras de canas ou palmáceas entrecruzadas, de uso comum no Nordeste litorâneo ainda no século XX,* o que, de acordo com Vilhena, sua proscricção acabou por difundir o uso das rótulas de madeira, bem mais elaboradas e custosas.

Em cartas de 1.2.1769 escreveu Vilhena: *“Até o (t)empo que o exmo. Marquês de Lavradio governou esta cidade, não havia rótulas algumas, eram sim as paredes revestidas de urupemas; o que não podendo tolerar aquele governador os mandou de um dia para outro arrancar todas. São as urupemas um tecido semelhante de canas bravas-rachadas, de que formava uma rede bem semelhante àquela dos covos, que nesse Reino usam os pescadores, e à qual os mesmos dão aqui o nome de mosicas”.* (sic) (MARINS, 2001. Pág. 101 )

Já que, se as rótulas já não agradavam a estética classista do pensamento Pombalino, muito menos adequar-se-ia as indígenas urupemas. Segundo Maurício Rocha Carvalho (1999), as urupemas foram proibidas em Recife em 1786 e as rótulas e muxarabis somente em 1812, três anos após o edital carioca.

## 5.2 O Edital de 1809

Em “*portaria baixada em 1808 pelo intendente geral da Policia, Paulo Fernandes Viana, que proibia em todo território nacional, a fim de evitar as emboscadas de bandidos e assassinos contra o Príncipe Regente, a construção e a manutenção de rótulas, muxarabis, urupemas, treliças em geral*”. (MACEDO, 1878. Cáp. IX)

Os numerosos editais que foram sendo produzidos ao longo de 200 anos no Brasil, com o objetivo de determinar as dimensões, de proibir novas construções ou obrigar retroativamente a retiradas dos muxarabis demonstram que, mesmo que fossem mal-vistos pelos poderes públicos, não tinha a força e nem a vontade de eliminá-los.

Os editais não foram capazes de resistir ao desejo contrário dos habitantes em conservar e fazer uso dos seus muxarabis, rótulas e gelosias, dada a importância que estes tinham, seja de ordem estética e/ou prática.

A diferença do edital de 1809 para anteriores foi a criação da Intendência de Polícia como órgão fiscalizatório e sua implacabilidade em obrigar a retirada dos muxarabis, rótulas e gelosias, em obediência a D. João VI, que por sua vez estava submetido aos interesses ingleses.

Se a limitação do balanço dos balcões tinha na incendiária Lisboa uma razão prática, pois o uso das gelosias e rótulas de madeira poderia catalisar a combustão dos fogos pós-terremotos, no resto de Portugal, no Brasil esse não poderia ser um argumento plausível, ou prático, e não está nem mesmo presente em nenhum edital e no relato dos autores contemporâneos pesquisados.

As razões dadas eram de ordem estética e sanitária pelos editais. No entanto, diante da fraqueza do governo português antes e durante a ida da Corte em 1808 ao Brasil e frente ao seu nulo interesse em providenciar bem-estar e segurança aos habitantes da colônia, esses motivos só poderiam ser falsos ou de segunda ordem. Com base nos acordos assinados e na crítica situação que Portugal se encontrava, acredita-se que o real motivo para a eliminação das referidas estruturas arquitetônicas foi, antes de tudo, satisfazer os interesses econômicos ingleses.

O edital de 1809 restringia-se a capital do Reino e a Intendência de Polícia foi um órgão para garantir a segurança e bem-estar da cidade do Rio de Janeiro. Se, a eliminação dos contributos mouriscos estudados foi generalizada em todo o Brasil, isso

se deve mais ao contato direto que cada província tinha com os comerciantes estrangeiros e pelas novidades que passavam na capital do Reino. Segundo Auguste Saint-Hilaire, naturalista francês que percorreu o país de norte a sul entre 1816 e 1822:

*"Cada capitania tinha o seu governante, sua pequena milícia e seu pequeno tesouro; a comunicação entre elas era precária, sendo que geralmente uma ignorava a existência da outra (...) Não havia um Brasil com um centro comum. Era um círculo imenso, no qual os raios convergiam para bem longe da circunferência central".* (SAINT-HILAIRE, 1882)

Diante do Edital de 11 de Junho de 1809, foram desaparecendo da cidade do Rio de Janeiro os Muxarabis, Rótulas e Gelasias ao ponto de em poucos anos já não se encontravam mais estes elementos, restando apenas alguns testemunhos. O impacto foi grande entre os viajantes que se ausentaram da cidade durante o processo de eliminação:

O naturalista e geógrafo alemão Karl Friederich Phillip von Martius que foi um dos expoentes do pensamento social brasileiro durante do século XIX, ao visitar o Rio de Janeiro em 1817, diz que:

*"Em lugar das antigas portas e janellas de grade já se veem por toda parte portas inteiriças e janellas envidraçadas. As janellas que possuíam sombrias sacadas enclausuradas á moda oriental, foram por ordem superior transformadas em bacões abertos".* (SPIX e VON MARTIUS. 1923)

Em seu primeiro passeio pelo Rio de Janeiro, em 1808, a arquitetura dos sobrados (com as lojas de comércio no térreo e as residências no andar superior) aliada ao desenho assimétrico das ruas, que tornavam estas estreitas e pouco arejadas, causou péssima impressão ao recém-chegado John Luccock e este afirmou que, sobre a reação da população a respeito do edital que obrigava a retirada dos muxarabis e rótulas, "aqueles que apreciavam a circulação livre do ar, obedeceram prazenteiros; outros, que desejavam agradecer à Corte, seguiram-na [a ordem] sem hesitar; os demais se sentiram obrigados à submissão"

Assim, fica patente que a supressão dos elementos arquitetônicos estudados não foram de todo vista com bons olhos dada a já discutida intrínseca qualidade que estes elementos possuíam.

Já no discurso alinhado aos poderes reais e estrangeiros, materializado em crônicas e impressões, a Modernidade, diluída entre Beleza, Civilidade e Higiene, foram

os argumentos utilizados para sustentar a necessidade da retirada dos elementos, mas mesmo assim, eles notaram que a medida não foi unânime. Nas palavras do romancista e cronista Joaquim Manuel de Macedo sobre o edital de 11 de junho de 1809:

*“O Marquês de Lavradio tinha, como já ficou dito, acabado com os peneiros das portas das casas, costume grosseiro, quase selvagem; o Conselheiro Paulo Fernandes, Intendente Geral da Polícia, fulminou as rótulas e gelosias dos sobrados, costume quase bárbaro e de raiz mourisca; nem todos, porém, temeram-se do raio policial; muitas casas resistiram à reforma decretada pela civilização, somente aos poucos foram despedaçando suas rótulas e gelosias, e ainda hoje se conservam, anacrônicos, mas agora curiosíssimos exemplares daquelas casas antigas, por exemplo, em frente à porta principal da alfândega. (MACEDO, 1878. Cáp. IX)*

Informar sobre o que seriam as rótulas e gelosias do ponto de vista material e moral possui importância significativa. Os sobrados eram estruturados por madeiras, com gelosias que possuíam aberturas voltadas para o exterior. Nos exemplos mais tradicionais era possível observar grades de madeiras mais trabalhadas que cobriam as laterais e a parte superior. Esses sublimes exemplares acabavam por atingir a estatura dos sobrados, chegando a possuir a aparência de “cadeias”. Havia ainda gelosias e rentes onde as senhoras e escravas podiam observar as ruas, mas preservavam a sua privacidade. Na visão de Macedo as rótulas e gelosias possuíam a função de “grandes gaiolas” pois as filhas e esposas a elas se restringiam, impedias da circulação social.

A pseudo ideologia higienista exigia para a estética e saúde da cidade o fim das degeneradas “gaiolas”.

*“E a Rua do Ouvidor devia ser pronta, como foi, em dar cumprimento ao edital de Paulo Fernandes, porque rótulas e gelosias destinadas a esconder à força o belo sexo deviam ser imediatamente banidas da rua que não tarde tinha de tornar-se por excelência de exposição diária de elegantes e honestíssimas senhoras, e infelizmente também de andorinhas que por ali fazem verão. (MACEDO, 1878. Cáp. IX)*

A perspectiva higiênica pode ser também visualizada nos trechos do Padre Luiz Gonçalves dos Santos, ou mais conhecido como Padre Perereca, que escreve em 1825:

*“No dia 11 de Junho affixou-se nos lugares publicos desta Cidade hum Edictal do Illustrissimo Conselheiro Intendente Geral da Policia, pelo qual se fazia saber a todos os moradores da mesma Cidade, que havendo ella sido elevada á alta Jerarchia*

*de ser presentemente a Côrte do Brazil, não póde, nem deve continuar a conservar bisonhos, e antigos costumes, que apenas se podião tolerar, quando esta porção da America era reputada huma Colonia Portugueza; e que desde muito tempo não se soffrem entre povos cultos, e de perfeita civilisação; e que sendo hum destes goticos costumes, que tanto afêa o prospecto da Cidade, e a faz menos brilhante, o uso das rotulas, ou gelosias de madeira, que, além de serem incómodas são prejudiciaes á saude publica interceptando a falta de civilisação dos seus moradores.” (SANTOS, 1825)*

Ainda afirma o Padre Perereca que já em 1811, no centro da cidade, “*não se encontram mais aquelas lúgubres, e góticas armações de madeira, chamadas gelosias*” e em 1820, Santos chega a precisar o único lugar da cidade em que ainda podia ver-se uma gelosia: “*na Rua dos Barbonos, quase a chegar aos Arcos, onde há uma casa de sobrado, antiga, e nela se conserva o goticismo das rótulas em toda a sua primitiva*”. (SANTOS, 1825).

Também, o viajante inglês John Luccock observa uma melhoria geral no aspecto das residências já em 1813:

*“As casas fizeram-se mais generalizadamente e simetricamente caiadas e pintadas; aboliram-se as feias gelosias, e alguns balcões, que ficaram, viam-se ornamentados com plantas e flores”.* (LUCCOCK, 1820)

Segundo ele, o uso das rótulas estava entre os góticos costumes que urgia serem abolidos das residências, uma vez que, estariam “mostrando a falta de civilização dos seus moradores”. Não obstante, José Augusto França chama a atenção para a existência de rótulas também nas casas da Lisboa pré-terremoto. Apesar de ser capital do Império e Corte, como viria a ser o Rio de Janeiro no início do século seguinte, a existência das rótulas era uma característica muito ressaltada pelos estrangeiros que passaram por Lisboa durante a primeira metade do século XVIII.

A narrativa do padre Gonçalves dos Santos sugere, então, que a supressão das rótulas foi feita em nome da abolição da barbárie e em prol de uma determinada ideia de Civilização. Desenvolvendo a ideia implícita na argumentação do padre cronista, e usando as rótulas como metáfora para o “atraso” nos costumes da colônia, diz Oliveira Lima que por meio da ordem de supressão das rótulas, D. João completou “uma revolução nos costumes nacionais”.

Padre Perereca ressalta o caráter civilizador da medida:

*“O nome de cidade, sendo dado a qualquer povoação, muito concorre para a civilização, e melhoramento dos costumes, influenciando nos seus habitantes novos brios, e maior elevação de espírito, donde provém o asseio das suas pessoas, e da mobília das suas casas, serem estas construídas com mais elegância e solidez, os edificios públicos respirarem magnificência, e formosura, e outras muitas consequências úteis, e interessantes, não só ao bem dos particulares, mas também do Estado”.* (SANTOS, 1825).

Mas a eliminação dos muxarabis, rótulas e gelosias não se limitaram à Capital. Por todo Brasil, as cidades imitavam a capital retirando esses elementos arquitetônicos de suas casas.

A cidade do Recife também começa a eliminar os seus muxarabis, rótulas e gelosias anos mais tarde. Ao chegar na capital pernambucana em 1809, Koster ainda encontrou as fachadas das melhores construções urbanas impregnadas de longas sacadas corridas de adufas, sendo raras, na época, as que ostentavam balcões de ferro e vidraças. Depois de dois anos de ausência, ao regressar, espantou-se o viajante inglês com a rápida transformação operada na arquitetura local.

*“Observo uma grande diferença no aspecto do recife e de seus habitantes, posto que eu tenha estado ausente tão pouco tempo. Muitas casas tinham sido remodeladas. As sombrias e pesadas rótulas tinham sido, quase geralmente substituídas por janellas envidraçadas e balcões de ferro”.* (sic) (KOSTER, 1818)

Em São Paulo e em Salvador, por exemplo, só na década de 1870 as Câmaras Municipais decretaram oficialmente o fim das rótulas. Mas, como é de se esperar, muitos moradores não aceitaram de bom-grado as novas medidas, seja por questões econômicas, já que eram eles quem tinha que arcar com a compra dos novos materiais importados e muitos ficaram mesmo com o vão devassado. No caso ilustrado a seguir, o cidadão apela para a inconstitucionalidade da medida e se diz revoltado com a obrigatoriedade em mudar a forma de sua casa.

*“Ao Povo – a constituição política do império garante o direito de propriedade em toda a sua plenitude; e si é isto verdade incontestável é egalmente certo, que a Camara Municipal não pode obrigar os proprietário a tirarem ou mudarem as rótulas de seus prédios; e fazendo-o commette um escandaloso attentado contra lei fundamental do Estado. (...) A Camara pode dar padrões para as construções ou reconstrucções; mas abusa do seu poder ordenando a alteração da fôrma dos prédios, contra o interesse dos porprietários.”* Correio Paulistano em 1873. (MARINS, 2001. Pág. 9)

Assim, vale a pena notar que as medidas tomadas pelo governo não eram unânimes como parecem indicar as crônicas dos viajantes e locais: o pensamento moderno, higienista, europeizante não era compartilhado por todos.

E ainda, como se vem apontando pelo presente estudo, mais do que um projeto nacional civilizador que teria o Rio de Janeiro como seu epicentro, centrifugando modelos europeizantes, a razão primária para a eliminação dos muxarabis, rótulas e gelosias foi a abertura dos portos aos produtos ingleses. Os portos de todas as cidades litorâneas do Brasil estavam sujeitas ao mesmo acordo comercial com a Inglaterra e não apenas o porto do Rio de Janeiro. Comerciantes ingleses tinham interesses não só na capital mas como também em todo país, enxovalhando de norte a sul do Brasil suas mercadorias industrializadas, entre elas os vidros planos e estruturas de ferro fundido. Outras cidades, sofrendo a mesma influência dos interesses ingleses, adotam medidas para se eliminar os muxarabis, rótulas e gelosias.

### 5.3 Os Substitutos: Vidraças e Ferro Fundido Ingleses

Se foi obrigado a retirada dos Muxarabis, Rótulas e Gelosias dos sobrados do Rio de Janeiro e depois do resto do Brasil, não sobrou outra escolha aos moradores dos sobrados que não fosse comprar as mercadorias que chegavam da Inglaterra com impostos bastante reduzidos. A burguesia que moravam nesses sobrados, que eram os luso-brasileiros que tinham condições de comprar produtos importados, substituíram os tradicionais elementos de madeira pelas modernas vidraças e grades de ferro fundido.

A supressão das rótulas e muxarabis devem ter ocorrido de maneira relativamente rápida, conforme apontam os relatos dos viajantes e locais, dada a quantidade de mercadorias inglesas que aportavam no Brasil com baixas taxas de importação durante o período de eliminação desses elementos arquitetônicos. Se a primeira fábrica de vidro da colônia só foi ser instalada na Bahia em 1810, ela funcionou precariamente e teve as suas atividades encerradas pouco tempo depois. A isso se soma a dificuldade ou impossibilidade em transportar os delicados vidros da Bahia para o resto do Brasil.

Historicamente, as janelas com vidraças só foram aparecer no Brasil no século XVII em algumas igrejas e palácios nas principais cidades da colônia, como estavam presentes no Colégio dos Jesuítas em Salvador, década de 1670. Em Minas Gerais, no auge da mineração e prosperidade na década de 1720, o governador da capitania mineira coloca vidraças em sua casa na cidade de Mariana. Relatos de viajantes, como o inglês John Byron também apontam a raridade dos edifícios que possuíam vidros em suas janelas. Em 1764, o inglês visitando a nova capital colonial, diz que o paço dos governadores era o único edifício do Rio de Janeiro com vidros na fachada. Henry Koster mais tarde, em 1809, no ano do edital que fulminou os muxarabis e rótulas do Rio de Janeiro, diz que em Recife ainda eram raros os vidros nas janelas dos sobrados.

Mesmo com a autorização do príncipe regente em 1810 permitindo a instalação da primeira fábrica de vidro no Brasil - a Real Fábrica de Vidros da Bahia - os vidros permaneceram ausentes nas edificações brasileiras. Inspirada na homônima Real Fábrica de Vidros de Portugal, fundada pelo inglês Guilherme Stephens em Marinha Grande, sob o incentivo de Marquês de Pombal, a fábrica de vidros baiana teve uma vida curta, incapaz de competir com as vidraças inglesas.

Somente em 1882, 73 anos após o “draconiano edital” de 1809, nas palavras de Mariano Filho, que os vidros planos, juntamente com os vidros de embalagens, começaram a ser produzidos industrialmente no Brasil no Rio de Janeiro. A Fábrica Esberard teve um rápido progresso e em pouco mais de dez anos de existência já tinha mais de 500 funcionários e seus vidros alcançaram relativa notoriedade sendo até comprados em qualidade com os cristais franceses. Tal como na capital brasileira, a emergente São Paulo, cheia de imigrantes europeus conhecedores da tecnologia do fabrico de vidro, também começou a produzi-los com a instalação da Companhia Vidraria Santa Marina que era capaz de produzir 2.000 metros quadrados de vidro plano mensalmente e empregava 600 funcionários.

Já o ferro fundido começa a ser produzido no Brasil pela Fundação C. Starr e Cia. e Fundação Aurora que fabricavam balcões, portões, gradis, varandas, colunas, feitos já em 1829 e eram consideradas de qualidade similar as estruturas de ferro fundido produzidas na Europa. (CARVALHO, 1999, Pág. 219)

Assim, se a produção nacional dos substitutos dos Muxarabis, Rótulas e Gelasias só foi possível décadas depois do edital de 1809, e mesmo assim de maneira incipiente, foi a Europa industrializada a responsável pelo abastecimento dos vidros planos e ferros fundidos.

Seguindo novamente as indicações do mestre Gilberto Freyre, ele desconfia das intenções estéticas e urbanísticas, enfim, modernizantes, dos editais. Para Freyre, as reais intenções dos decretos, como é também a razão apontada nessa dissertação, foram satisfazer os interesses dos comerciantes ingleses ávidos em lucrar no novo mercado brasileiro:

*“Não haverá alguma relação entre esses fatos? Entre o edito contra as gelosias e essa abundância de vidro inglês nos armazéns e nas lojas do Rio de Janeiro e de Pernambuco, revelada pelos anúncios de jornal?”* (FREYRE, 1948. Pág. 91)

Ainda, para Augusto C. da Silva Telles, explicitando o raciocínio de Freyre, os editais foram produzidos para “permitir a entrada e a venda no Brasil dos produtos industriais ingleses, tais como o vidro plano, as grades de ferro fundido, e muitas outras mercadorias.” (TELLES, 1975. Pág. 204).

Desta forma, a demanda por mobílias e elementos arquitetônicos e estruturais de ferro e vidro europeus era grande, como pode-se atestar nos inúmeros leilões de mobílias importadas da Europa. Como ensina Freyre, os leilões são fatos sociais significativos para se entender os ideais de uma época, já que estes expõe, na maioria dos casos, produtos de alto valor cultural. Assim, como aponta de Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke na resenha do livro *Ingleses no Brasil* de Gilberto Freyre, os leilões: “tão populares no séc. XIX (...) eram verdadeiras 'aulas práticas de europeização' e seus anúncios são preciosos para a recuperação de nosso passado.” A autora conclui, com o ensinamento de Freyre, que o pequeno, o miúdo, o sem importância, como pode pensar que são os leilões, na verdade eles são significativos para entender a sociedade, a medida que eles expõe o fenômeno europeização por qual passava a sociedade brasileira. (PALLARES-BURKE. 2001. Pág. 227-230)

Assim, no Diário de Pernambuco, de 28 de novembro de 1851, anuncia-se um leilão de:

#### *MOBÍLIAS DE FERRO*

*Vendem-se ricas mobílias de ferro, como canapés, mesas, cadeiras com braços e sem ele e muitos outros objetos de ferro: no armazém de Kakmann irmãos, na Rua da Cruz no. 10. (CARVALHO, 2002 Pág. 116)*

E um outro, no mesmo jornal, em 5 de julho de 1858:

#### *CAMAS DE FERRO*

*T. T. Bastos, Rua da Cruz do Recife, armazém no.7, acaba de receber de Paris pelo navio Carmin, excelentes camas de ferro bronzeadas e com colchão elástico para casado e para solteiro, ditas de diferentes qualidades, elegantes berços de ferro, lavatórios de ferro com todos os pertences para barba, cadeiras e canapés de ferro muito próprios para jardim, terraço, etc., e bem assim armários de arame envernizados de diferentes tamanhos próprios para guardar comidas; tudo se vende por preço cômodo. (CARVALHO, idem)*

Além das mobílias, janelas, portas, gradis e balcões que começam a exibir ferros fundidos e e vidros planos europeus, estruturas inteiras de um edifício também vinham da Europa. Como aponta Maurício Rocha Carvalho, o Mercado de São José, o mercado Central e a nova estrutura da cobertura do Santa Isabel, como as pontes de Boa Vista e de Recife são exemplos pernambucanos dessa nova realidade brasileira.

É ainda mais significativo o Palácio de Cristal de Petrópolis, inaugurado em 1884 pelo Imperador Dom Pedro II (daí o nome da cidade) inspirado no Cristal Palace

inglês. Toda a sua estrutura foi construída Sociedade Anônima Saint-Souver em Lês Arras, França. Assim, o palácio era a materialização do ideal de modernidade europeu já que era construído inteiramente por ferro fundido e vidro. Vale lembrar que tanto o Cristal Palace inglês como a Torre Eiffel eram os maiores ícones da modernidade: ambos foram construídos para exposições mundiais da indústria.

## 6. Ressurgimento dos Elementos Mouriscos no Neocolonial e Modernismo

No entanto, seria difícil crer que estes elementos da cultura mourisca - os Muxarabis, Rótulas e Gelasias - que resistiram no mínimo quatro séculos em território português cristão, que atravessaram o atlântico e conseguiram ainda reproduzir-se no Brasil, fossem desaparecer definitivamente a revelia do gosto popular. Diante das qualidades inatas que estes elementos possuem em profunda concordância com o clima e condições sociais do Brasil, os Muxarabis, Rótulas e Gelasias conseguiram voltar sob novas formas e materiais mas respeitando as suas funções originais.

Mesmo durante um ambiente bastante inóspito, que foi o século XIX para os elementos estudados, eles puderam reproduzir a sua genética durante o Neocolonial e Modernismo arquitetônico do século XX, demonstrando o pendulante processo histórico que faz ressurgir num próximo ciclo elementos condenados pela ordem anterior.

A Arquitetura Tradicional teve um ambiente mais favorável durante o período Neocolonial que durou até os anos 40 no Brasil. Encabeçada por Mariano Filho: *“o neocolonial foi (...) adotado pela classe média como estilo oficial, nos anos 30 e simplificado, em função do pós-guerra e da escassez de recursos, popularizou-se”*. (DE FUSCO, 1981. Pág. 407)

Fazendo parte do movimento historicista da Arquitetura Mundial, o Neocolonial brasileiro reintroduziu elementos tradicionais que estavam presentes, como o nome do estilo indica, durante o Brasil colonial. Entre esses elementos estavam os Muxarabis e Gelasias. O exemplo mais simbólico desse movimento foi o Solar Monjope construído por Mariano Filho no Rio de Janeiro. Como ilustra a figura 2, o edifício possuía um exemplar Muxarabi neocolonial entre outros elementos arquitetônicos de fundo mourisco.

Mas desde a década de 30 do século XX, sob o comando dos geniais Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, o Modernismo começa a suplantar o estilo Neocolonial na Arquitetura Brasileira.

*“É comum opor-se modernismo a historicismo, particularmente no seu nascedouro, como uma reação aos movimentos ecléticos dos inícios do século vinte. No Brasil, como é sabido, a reação modernista teve como alvo particularmente o movimento neocolonial, capitaneado por José Mariano Filho. A trajetória de Lúcio Costa, a sua conversão deixando o neocolonial é sempre lembrada como exemplo do*

*heroísmo modernista reativo a pastiches*". (MARQUES, 2007. Pág. 1)

É no meio da disputa de hegemonia dos dois estilos – Neocolonial e Modernismo - na Arquitetura Brasileira que está os Muxarabis e este elemento consegue resistir, como se espera demonstrar, a esse duelo dada a sua já referida qualidade intrínseca e plasticidade.

*"A procura do uma unidade para a arquitetura nacional pode ser toda encontrada nos textos de Lúcio Costa. Desde logo, repudiou-se o tradicionalismo de José Mariano e o Neocolonial, que fingia, não reproduzia, a tradição legítima. O que era essa tradição, finalmente?"* (MARQUES, 2007. Pág. 3)

Assim, se para Lúcio Costa, José Mariano e o estilo por ele capitaneado não era capaz de reproduzir fidedignamente os elementos brasileiros, foi através dos Brise-Soleil que o modernista pôde reviver "legitimamente" os Muxarabis.

Em 1948 Lúcio Costa projeta prédios residenciais, o Parque Guinle, no Rio de Janeiro cujas fachadas são compostas por elementos que controlam a luz exterior. Este tipo de fachada foi imaginado por Le Corbusier, mentor de Costa, primeira vez quando da construção de edifícios na ensolarada Argélia. Assim, os Brise-Soleil, ou simplesmente Brise respondem ao excesso de incidência solar, criando sombras e amenizando a temperatura interna, tal como funcionam as Gelasias, Rótulas e Muxarabis.

Aquele mesmo elemento, o Brise-Soleil foi empregado magistralmente por Oscar Niemeyer no Palácio Gustavo Capanema no começo da sua construção na década de 1930. Para reaquecer ainda mais a atmosfera mourisca, as paredes do térreo exibem azulejos modernistas de Portinari.

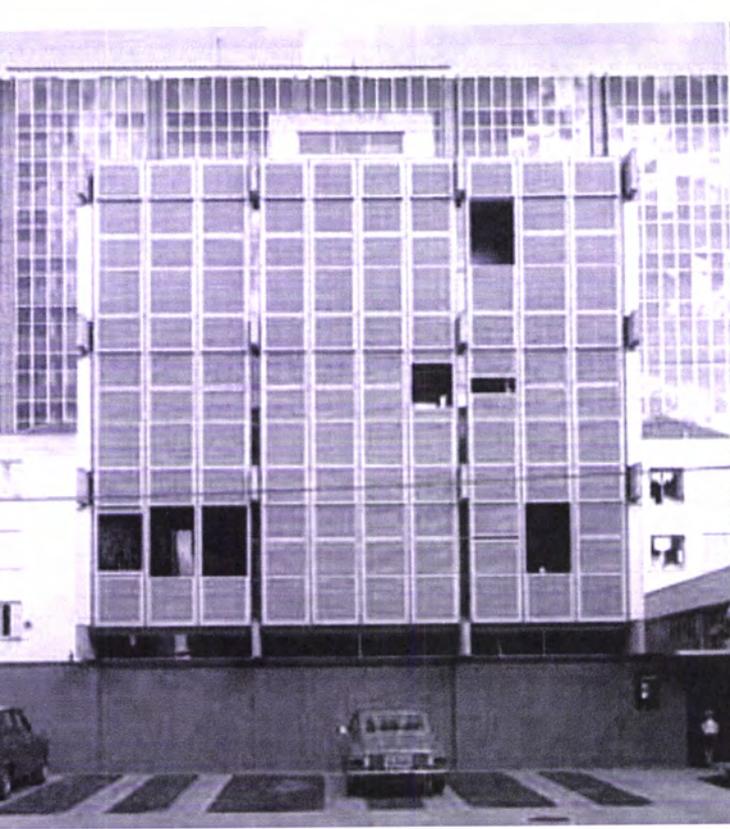
O fim do conflito entre o Neocolonial e o Modernismo, capitaneado entre o duelo de um dos maiores expoentes de cada estilo, Marino Filho e Lúcio Costa, quando este, enquanto diretor do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) permitiu a demolição do Solar Monjope, residência de Mariano Filho e um ícone da Arquitetura Neocolonial.



*Solar Monjope. Residência de José Mariano Filho, destruído na década de 1970. Rio de Janeiro.*



*Detalhe do Muxarabi*



*Fotografias de Edifício Modernista em São Paulo que faz uso dos Brise-Soleil*



*Edifício Capanema no Rio de Janeiro inaugurado em 1947*



*Detalhe do Brise-Soleil visto do Interior*

## Conclusão

*“A minha tese é a de que a diversificação é a condição do florescimento das culturas, e a uniformidade, a condição de sua morte e petrificação.”*

Anísio Teixeira.

A Educação e a Unidade Nacional, 1952.

A eliminação das Gelasias, Rótulas, Muxarabis e afins e a obrigatoriedade, mesmo que indireta, do uso do vidro e ferro fundido nos Sobrados em substituição daqueles, explicita mais um caso dentre inúmeros que, a fim de expandir tanto economicamente quanto militarmente e culturalmente, os poderes político-burguês, internacional e brasileiro, foram capazes de eliminar tais contributos que enriqueciam a Cultura Brasileira em nome do lucro banal e capitalista.

A prepotência desses poderes chega ao cúmulo e torna-se cômica, como no caso estudado pois, ao arrancar e proibir uma evidente e secular solução arquitetônica de fácil acesso local - os Muxarabis e afins -, deixou muitas casas mutiladas, com os vãos das janelas vazios<sup>8</sup> já que nem todos puderam comprar os materiais substitutos: o vidro plano e o ferro fundido importados.

Essa história trágico-cômica atinge o clímax quando, aberto os portos às Nações Amigas, são comercializados patins de gelo no Rio de Janeiro. O lado trágico desse período é o empobrecimento de uma Cultura plural, como é a brasileira, diante de um domínio estrangeiro e capitalista que vive da destruição e substituição. Como brilhantemente expõe o pensamento de Karl Marx sobre o capitalismo e a sociedade moderna, Marshall Berman diz:

*“Não obstante, a verdade é que, como Marx o vê, tudo o que a sociedade burguesa constrói é construído para ser posto abaixo. “Tudo o que é sólido” — das roupas sobre nossos corpos aos teares e fábricas que as tecem, aos homens e mulheres que operam as máquinas, às casas e aos bairros onde vivem os trabalhadores, às firmas*

---

8 O viajante inglês John Luccock afirma que muitas casas no Rio de Janeiro demoraram em substituir os Muxarabis e Gelasias, deixando-as devassadas. (LUCCOCK, 1820. Pág. 26)

*e corporações que os exploram, às vilas e cidades, regiões inteiras e até mesmo as nações que as envolvem — tudo isso é feito para ser desfeito amanhã, despedaçado ou esfarrapado, pulverizado ou dissolvido, a fim de que possa ser reciclado ou substituído na semana seguinte e todo o processo possa seguir adiante, sempre adiante, talvez para sempre, sob formas cada vez mais lucrativas. (Berman. 1982. Pág. 97)*

Assim, em uma sociedade industrial, o Capitalismo Industrial viveria da constante aniquilação e reposição que alimentaria o incansável e ilimitado impulso de produzir e gerar lucro. Para continuar usando o léxico freudiano, a sociedade industrial, sob o signo de Tânatos, teria o impulso da destruição, alimentando-se de crises cíclicas, dos bens materiais como casas, bairros, cidades e dos corpos de mulheres e homens. Tudo é descartável, substituível e standardizável. O sólido, o tradicional, o local desmanchar-se-ia em uma sociedade industrial.

Aliado a esse Capitalismo Industrial, está o modo de pensar moderno, que visa a uniformidade estética e o Higienismo científico como forma de dominar mentes, corpos e espaços a fim de introduzi-los no esquema do Capitalismo Industrial. É nesse momento que está inserido o processo de eliminação dos Muxarabis, Rótulas e Gelasias.

Se o Brasil, durante seus mais de 500 anos de História ocidental, foi um imenso receptáculo de influências externas, tanto diretas como indiretas. Essas influências foram e são valorizadas. Esse Brasil dominado é incapaz de se fazer um Auto-Elogio à sua Diversidade, já que se enxerga em um único trilho construído por ideal ocidental, europeu, e a única solução é de Branqueamento, de Alouramento cultural que renega e elimina a sua própria História e originalidade.

Ao longo da sua história, a sociedade brasileira foi vista e viu-se como se estivesse sempre aquém em relação a um modelo de nação. Desde o ano de 1500, o Brasil foi visto primeiramente como Não-Cristão, depois como Não-Civilizado, país de Terceiro-Mundo e, mais recentemente, por Emergente. A permanente situação do Brasil de estar aquém de uma posição valorizada dentro de uma ordem mundial faz com que a sua auto percepção e ações coletivas sejam sempre de insatisfação e negação da sua condição original. Dominado sucessivamente por Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra, França e Estados Unidos alternaram-se entre os modelos civilizatórios do Brasil.

## O Patrimônio

Diante de uma sociedade onde se impera o descartável e a estandardização impostos pelo Capitalismo Industrial global, onde poderia estar o respeito ao tradicional, durável e plural? O desafio seria conseguir conciliar a preservação da riqueza cultural de uma nação com a sua inevitável, ou quase inevitável, inclusão ao capitalismo mundial, ávido em destruir, substituir e estandardizar.

*“Vê-se como, nesse tempo todo, tanta coisa foi admirável. Como se dizia dos reis: o patrimônio morreu, viva o patrimônio! Para recomeçar pelo começo - de que é que tem que tratar o mandamento constitucional da proteção à cultura? Basicamente, de preservar a identidade cultural do Brasil. De configurar e nutrir um tosto em que o país se reconheça perante os demais, e, entre todas as feições possíveis, afirmar aquela que o povo prefira para o seu gáudio próprio e para o finca-pé de sua defesa como nação que tem um projeto intencional para si própria. Nada mais bonito do que ter combatido a redução reacionária do Brasil a carruagens imperiais e a louças blazonadas e, nessa marola, ter desenhado o país com a cara de uma arquitetura caiada de branco, plasticamente saudável, forte e tranqüila. As urupemas dos índios, as treliças e os doces muxarabis moçárabes”.* (CAMPOFIORITO, s/d. Muda o Mundo do Patrimônio)

Os padrões estéticos são, mais do que nada, os padrões culturais de um grupo ou nação dominante. Assim, os próprios Muxarabis, Rótulas e Gelasias foram padrões de construção de Portugal provenientes de uma cultura dominante: a Cultura Islâmica. A questão é, diante de uma sociedade auto-reflexiva como é a nossa pós-modernidade, como diria Zygmunt Bauman, saber enxergar os acontecimentos com perspectiva histórica para se evitar generalizações que se provaram danosos no passado.

*“Antes de mais nada, a relatividade inevitável dos juízos de valor em que se baseia a composição legal do Patrimônio. Viu-se que a erudição oficial já considerou o barroco de "flagrante mau gosto" e as igrejas setecentistas "feíssimas"; que, a seguir, por mais de trinta anos tombaram-se, quase exclusivamente, esses mesmos monumentos imóveis por sua beleza excepcional; que, ao mesmo tempo, repudiou-se o ecletismo beaux-arts, agora carinhosamente olhado pelos jovens, justamente devido aos seus enfeites e ornatos festivos, em nada "sóbrios", "simples", nem "regulares". Que o Convento do Carmo, atrás do Paço da Cidade, só foi tombado quando o descascaram da aparência republicana modernizante com que o quiseram os intelectuais da época, enfiados e envergonhados de tanta coisa velha e colonial que ainda existia. Isso, quanto ao valor artístico. Da relatividade do valor histórico, basta lembrar que o próprio Museu Histórico foi pensado para glorificar também as armas com que foram*

*dizimados os quilombos de Palmares e o povo de Antônio Conselheiro.*  
(CAMPOFIORITO, s/d. Muda o Mundo do Patrimônio)

Assim termino, para fechar o ciclo com a ideia de Anísio Teixeira que, no caso estudado, a eliminação dos Muxarabis, Rótulas e Gelsias frente aos interesses estrangeiros é mais um caso de empobrecimento de uma cultura que não conseguiu valorizar a sua própria identidade e rica História.

## Bibliografia

- BAUMAN, Sigmunt. O Mal-estar na Pós-modernidade. 2003.
- BEINGOLEA, José Luís. Anuario de la Arquitectura Peruana. DE Editores.1998
- BERMAN, Marshall. Tudo que é Sólido Desmancha no Ar – A Aventura da Modernidade. Companhia das Letras. São Paulo. 1982
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil, Rio de Janeiro, José Olympio, 1987.
- CAMPOFIORITO, Ítalo. Muda o Mundo do Patrimônio - Notas para um Balanço Crítico. Revista Brasil, Governo do Estado do Rio de Janeiro/Secretaria de Ciência e Cultura: Rio de Janeiro, s/d.
- CARVALHO, Gisele Melo. Interiores Residenciais Recifenses: A Cultura Francesa na Casa Burguesa do Recife no Século XIX. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2002.
- CARVALHO, Maurício Rocha. Recife (1890 – 1930) La Transposición de una “Estética Moderna” (un estudio del proceso de asimilación brasileña de la arquitectura europea del siglo XIX) – Tesis Doctoral. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 1999.
- CASCUDO, Luís da Câmara. História dos Nossos Gestos. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1987
- \_\_\_\_\_ Mouros, franceses e Judeus – Três Presenças no Brasil. Editora Global 2001.
- CHOAY, Françoise. A Regra e o Modelo. 1985
- COBO. Fundación de Lima. Chaco, Argentina. 1976.
- COSTA, Maria Clélia Lustosa Costa. A CIDADE E O Pensamento Médico: Uma Leitura do Espaço Urbano. Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 02, 2002
- DA MATTA, Roberto. A Casa & a Rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro, Rocco, 1997 (1a ed.: 1985).
- \_\_\_\_\_ O que faz o Brasil, Brasil? - Rio de Janeiro: Rocco. 1986.
- DE FUSCO, Renato. História de la Arquitectura Contemporânea. Madri: H. Blume Ediciones. 1981

EDMUNDO, L. O Rio de Janeiro dos Vice-Reis.

FREYRE, G. *Ingleses no Brasil: Aspectos da Influência Britânica sobre a Vida, a Paisagem e a Cultura do Brasil*. José Olympio, 1948.

\_\_\_\_\_. *Sobrados e Mocambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano*. 9a. edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

\_\_\_\_\_. *Casa-Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1933.

GARCIA, Juliane Martins. *Um breve percurso dos balcões: desdobramento arquitetônico de tradições*. s/d.

GIDENS, Anthony. *Conversations with Anthony Giddens: Making Sense of Modernity*. Stanford, Calif.: Stanford University Press. 1998.

GOMES, Laurentino. *1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. Editora Planeta. 2007

HOURANI, Albert Habib. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994,

KHATTABI, Mohamed. *Algunos Aspectos de la Influencia de la Civilización Marroco-Árabe-Andalusi em América Latina através de España*. Bogotá. 2005

KOSTER, Henry. *Viagens à parte septentrional do Brasil 1818*.

LEWIS, Bernard. *The Arabs in History*. Oxford University Press. 1993

LUCCOCK, J. *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil 1820*.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. 1878.

MARQUES, Sônia. *O moderno no passado, o passado no moderno: O diálogo entre requalificações e novos projetos em Olinda e Recife, nos anos setenta*. Recife. 2007.

MARINS, Paulo C. G. *Através da rótula: sociedade e Arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo, Humanitas / FFLCH-Usp, 2001.

MARIANO FILHO, José. *Influências Muçulmanas na Arquitetura Tradicional Brasileira*. 1956

ORNELLAS, Manoelito. *Gauchos e Beduínos*. Editora José Olimpo. 1948.

PALLARES-BURKE: *The English in Brazil: a study on cultural encounters*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo. 2001

PINTO, Estevão. Muxarabis e Bacões. Editora Brasileira. 1943.

RODRIGUEZ, Maria Dolores Crespo. Arquitectura Doméstica de la Ciudad de los Reyes (1533-1750). Universidad de Sevilla. 2005.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas e São Paulo. 1882

SAID, Edward (1977) Orientalism. London: Penguin

SANTOS, Luiz Gonçalves dos. Memórias para Servir à História do Reino do Brasil. 1825.

SILVA, M. B. N. da. Vida Privada e quotidiana no Brasil: na época de D. Maria I e D. João VI.

\_\_\_\_\_ "A Intendência Geral da Polícia: 1808-1821". In: Revista Acervo, ano 1, no 2. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1986,

SPIX. J. B. e VON MARTIUS, Carl F. Reise in Brasilien. 1923

TELLES, Augusto C. da Silva. Vassouras – Estudo da Construção Residencial Urbana. FAU-USP e MEC-IPHAN, 1975.

TODOROV, Tzvetan. La Conquista de América. Siglo Ventiuno Editores. 2ª Edição. 1998

